



ACADEMIA MILITAR

Confiança dos portugueses nas Forças Armadas: uma perspetiva comparada no quadro da União Europeia

Autora: Aspirante a Oficial de Artilharia Rita Rodrigues Morais

**Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston
Bandeira**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017



ACADEMIA MILITAR

Confiança dos portugueses nas Forças Armadas: uma perspetiva comparada no quadro da União Europeia

Autora: Aspirante de Artilharia Rita Rodrigues Morais

**Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston
Bandeira**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017

EPÍGRAFE

“Quem perdeu a confiança nada mais tem a perder”

— Públio Siro

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Todo o percurso feito ao longo destes cinco anos de Academia Militar e, no seu culminar, a elaboração deste trabalho, não teria sido possível sem a colaboração, apoio e ajuda de algumas pessoas, às quais expresso aqui os meus agradecimentos e gratidão profunda.

Em primeiro lugar à minha família, por me ter apoiado incondicionalmente e estar presente nos momentos mais importantes. Aos meus pais, Joaquim e Isabel, por toda a educação dada e valores transmitidos, que constituem hoje uma base sólida para o alcançar dos meus objetivos. Aos meus irmãos, cúmplices e amigos, Ana e Gonçalo, que sempre me incentivaram a continuar. À minha avó, Lurdes, e à minha cunhada, Sofia, pelo apoio e preocupação demonstrada. Ao meu sobrinho, Manuel, pela alegria contagiante.

À Doutora Ana Romão, professora e orientadora, pelo conhecimento e interesse que me transmitiu por estas matérias, e pelas orientações e correções fundamentais ao presente trabalho e à minha pessoa.

À Professora Doutora Helena Carreiras, pela disponibilidade, demonstrada desde o primeiro contacto, em contribuir para este estudo, nomeadamente concedendo a realização de uma entrevista bem como a sua base de dados do inquérito que liderou em 2009.

Ao Doutor Paulo Finuras, pela entrevista concedida, pela forma aberta com que sempre me respondeu e pela ajuda disponibilizada.

Por último, a todos os meus camaradas, sem a ajuda e apoio deles certamente não teria chegado aqui.

A todos, o meu muito obrigada!

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada intitulado, “*A confiança dos portugueses nas Forças Armadas: uma perspetiva comparada no quadro da União Europeia*”, tem como objetivo geral conhecer o lugar que as Forças Armadas Portuguesas ocupam nos índices de confiança nacional e a sua posição relativamente à média europeia nos anos de 2000 a 2016.

As missões de paz e humanitárias não têm tanta visibilidade como tiveram as guerras de outrora e, em Portugal, como noutros países em paz, já não se vê a Defesa como uma prioridade. As Forças Armadas ganham, pois, a necessidade de ver reconhecida a sua utilidade na sociedade e a confiança que os cidadãos lhe atribuem é consequentemente importante na medida em que representa um olhar social sobre as expectativas que os cidadãos depositam nelas. A confiança constitui assim um elemento indispensável para o seu bom funcionamento, inclusivamente tendo em vista o recrutamento de novos membros.

Existem vários estudos em Portugal sobre o tema da confiança, alguns abordando expressamente a confiança nas Forças Armadas. Encontram-se, porém, dispersos e nem sempre permitem a comparação. O presente trabalho empreende a tarefa de referenciar e tratar os dados existentes sobre a temática. Embora o principal suporte empírico se baseie nos dados disponíveis nas séries do Eurobarómetro de 2000 a 2016, também se utilizam resultados de inquéritos publicados em outras fontes, visando-se enriquecer a comparação.

Os resultados obtidos decorrentes da investigação permitiram verificar que a confiança dos portugueses nas instituições não é homogénea, tendo cada instituição um nível diferente de confiança.

Concluímos que as Forças Armadas Portuguesas ocupam uma posição de destaque nos índices de confiança a nível nacional, sendo a instituição que mais vezes se apresenta no

topo do mesmo, ainda que se denote alguma perda de confiança relativamente às restantes instituições.

Relativamente às variáveis que mais afetam a confiança nas Forças Armadas verificaram-se ser a região e a idade. Quando comparada a confiança média dos países da União Europeia nas suas Forças Armadas com a confiança dos portugueses, concluímos que a portuguesa ocupa um lugar moderado, sendo que nos últimos seis anos se encontrava abaixo da mesma.

Palavras-chave: Confiança, Forças Armadas, Instituições, Portugueses, União Europeia.

ABSTRACT

The present research work entitled "The trust of the Portuguese in the Armed Forces: a comparative perspective in the European Union framework" has as general objective to know the place that the Portuguese Armed Forces occupy in the national trust indexes and its position with respect to the European average from the year 2000 to 2016.

Peace and humanitarian missions are not as visible as the wars of the past; in Portugal as in other countries in peace, Defense is no longer seen as a priority. The Armed Forces therefore need to gain social visions on their usefulness in society, and the trust that citizens attribute to it is therefore important insofar as it represents a social view of the expectations that citizens place on them. Trust is thus an indispensable element, including to recruiting new members.

There are several studies in Portugal on the topic of trust, some expressly addressing confidence in the Armed Forces. They are however dispersed and do not always allow comparison. The present work undertakes the task of referencing and treating existing data on the subject. Although the main empirical support was based on the data available in the Eurobarometer series from 2000 to 2016, they also use results from surveys published in other sources, in order to enrich the comparison.

The results obtained by the surveys allowed concluding that the trust of the Portuguese in national institutions is not homogeneous, with each institution having a different level of confidence.

We conclude that the Portuguese Armed Forces occupy a prominent position in the indexes of confidence at a national level, being an institution that more often present at the top of the same, although it is denoted.

With respect to variables that correspond to a confidence in the Armed Forces, it was found that, the one that most affects it is the region and the age. When comparing the average

confidence of the countries of the European Union in their Armed Forces with the confidence of the Portuguese, we conclude that the Portuguese occupies a moderate place, and in the last six years it was below the same.

Key words: Trust, Armed Forces, Institutions, Portuguese, European Union.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE GERAL.....	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE APÊNDICES.....	xiv
LISTA DE ANEXOS.....	xv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xvi
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO 1 - CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES	 4
1.1 Confiança	4
1.1.1 Expectativa	7
1.1.2 Crença/fé.....	7
1.1.3 Vulnerabilidade	8
1.1.4 Confiança nas Instituições	8
 CAPÍTULO 2 - FORÇAS ARMADAS	 10
2.1 Estrutura e Missão	10

2.2 Bem-estar e segurança	12
2.3 Forças Armadas e a sociedade	12
2.3.1 Inquéritos de opinião	13
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	18
3.1 Método de abordagem da investigação e modelo de análise	18
3.2 Métodos e técnicas de recolha de dados	19
3.3 Amostragem (sondagens Eurobarómetro)	20
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
4.1 A confiança dos portugueses nas instituições nacionais.....	25
4.2 A confiança nas FFAA	31
4.2.1 Variáveis que afetam a confiança dos portugueses nas FFAA.....	37
4.3 Média europeia	43
CONCLUSÕES.....	45
BIBLIOGRAFIA	49

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Número de estudos sobre a confiança 1970-2010	5
Figura n.º 2 - A confiança.....	7
Figura n.º 3 - Percentagem de entrevistados no Eurobarómetro e da população portuguesa por género	21
Figura n.º 4 - Percentagem de entrevistados por região (2001-2016)	24
Figura n.º 5 - Instituições em que os portugueses mais confiam (2000-2016).....	26
Figura n.º 6 - Confiança dos portugueses nas instituições em 2009.....	29
Figura n.º 7 - Confiança dos portugueses nas instituições em 2011.....	30
Figura n.º 8 - Confiança dos portugueses nas FFAA (2000-2016).....	32
Figura n.º 9 - Tendência dos portugueses a confiar nas FFAA e a não saber se confiam.....	33
Figura n.º 10 - Tendência dos portugueses a confiar nas FFAA por satisfação com a sua vida	34
Figura n.º 11 - Confiança dos portugueses nas FFAA e satisfação com a sua vida	35
Figura n.º 12 - Expectativa dos portugueses de que a sua vida melhore no próximo ano e confiança nas FFAA (2000-2016)	37
Figura n.º 13 - Confiança dos portugueses nas FFAA por sexo (2000-2016).....	38
Figura n.º 14 - Confiança dos portugueses nas FFAA por regiões (2005, 2010 e 2016).....	42
Figura n.º 15 - Confiança nas FFAA em Portugal e média na UE (2000-2016)	44
Figura n.º 16 - Correlação entre a confiança nas FFAA e a satisfação com a vida.....	XV

Figura n.º 17 - Correlação entre a confiança das FFAA e a expectativa de que a vida melhore no próximo ano	XVI
Figura n.º 18 - Correlação entre a confiança nas FFAA e o sexo feminino	XVII
Figura n.º 19 - Correlação entre a confiança nas FFAA e as faixas etárias.....	XVIII
Figura n.º 20 - Correlação entre a confiança nas FFAA e nível de escolaridade	XIX
Figura n.º 21 - Correlação entre a confiança nas FFAA e as regiões	XXI
Figura n.º 22 - Pergunta sobre a confiança do EVS	XXII
Figura n.º 23 - Pergunta sobre a confiança do segundo inquérito à opinião pública	XXIII
Figura n.º 24 - Pergunta sobre a confiança nas instituições	XXIV

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 - Percentagem de entrevistados por faixa etária (2000-2016)	22
Tabela n.º 2 - Percentagem de entrevistados por nível de escolaridade (2000-2016)	23
Tabela n.º 3 - Instituições nacionais em que os portugueses mais confiam (2000-2016)	27
Tabela n.º 4 - Confiança dos portugueses nas instituições em 1992	28
Tabela n.º 5 - Confiança dos portugueses nas FFAA por faixa etária (2000-2016)	39
Tabela n.º 6 - Confiança dos portugueses nas FFAA por nível de escolaridade (2000-2016)	41
Tabela n.º 7 - Confiança dos portugueses nas FFAA em 1990, 1999 e 2008	I
Tabela n.º 8 - Confiança dos portugueses nas instituições nacionais (2000-2016)	XIV
Tabela n.º 9 - Tendência dos portugueses a confiarem nas FFAA por região (2001-2016)	XX
Tabela n.º 10 - Limites de confiança consoante a percentagem observada.....	XXV

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Confiança dos portugueses nas FFAA em 1990, 1999 e 2008	I
Apêndice B - Carta de apresentação.....	II
Apêndice C - Entrevista exploratória à Prof. ^a Doutora Helena Carreiras	IV
Apêndice D - Entrevista exploratória ao Doutor Paulo Finuras.....	XI
Apêndice E - Confiança dos portugueses nas instituições nacionais (2000-2016)	XIV
Apêndice F - Correlação entre a confiança nas FFAA e a satisfação com a vida.....	XV
Apêndice G - Correlação entre a confiança nas FFAA e a expectativa de que a vida melhore no próximo ano.....	XVI
Apêndice H - Correlação entre a confiança nas FFAA e o género.....	XVII
Apêndice I - Correlação entre a confiança nas FFAA e a idade.....	XVIII
Apêndice J - Correlação entre a confiança nas FFAA e o nível de escolaridade	XIX
Apêndice K - Confiança dos portugueses nas FFAA por regiões (2001-2016)	XX
Apêndice L - Correlação entre a confiança nas FFAA e as regiões	XXI

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Pergunta sobre a confiança no EVS.....	XXII
Anexo B - Pergunta sobre a confiança no segundo inquérito à opinião pública	XXIII
Anexo C - Pergunta sobre a confiança no inquérito defesa e FFAA.....	XXIV
Anexo D - Limites de confiança do eurobarómetro	XXV

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A

AM	Academia Militar
AR	Assembleia da República

C

CEM	Conceito Estratégico Militar
CIES	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CRP	Constituição da República Portuguesa

D

DDN	Dia da Defesa Nacional
-----	------------------------

E

EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
EVS	European Values Study

F

FFAA	Forças Armadas
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia

H

HI	Hipótese de Investigação
----	--------------------------

I

IDN	Instituto da Defesa Nacional
IESM	Instituto de Ensino Superior Militar
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa

M		
MDN		Ministério da Defesa Nacional
N		
NUTS		Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos
O		
ONG		Organização Não-governamental
OTAN		Organização do Tratado do Atlântico Norte
P		
PDI		Pergunta Derivada de Investigação
Prof. ^a		Professora
PR		Presidente da República
S		
SMO		Serviço Militar Obrigatório
T		
TIA		Trabalho de Investigação Aplicada
TV		Televisão
U		
UE		União Europeia

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado integrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia do Exército Português, desenvolveu-se o presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema: “A confiança dos portugueses nas Forças Armadas: uma perspetiva comparada no quadro da União Europeia”.

Com o evoluir da sociedade nas últimas décadas passámos a viver, cada vez mais, num cenário de crescente insegurança, marcado pela crise, pelo desemprego, pela emigração, pelas alterações de políticas, etc. Passámos a viver na incerteza, instabilidade e imprevisibilidade em relação ao nosso futuro, o que hoje é verdade amanhã poderá não o ser, e assim se vai adensando a necessidade de algo que nos faça acreditar e ir mais além – a confiança. Esta surge como elemento fundamental no nosso processo de decisão, dando-nos um sentimento de certeza, mesmo quando esta não existe, e é esse sentimento que torna a decisão possível. A confiança está presente numa panóplia de gestos e ações do quotidiano, quando depositamos dinheiro no banco, quando fazemos uma viagem de avião, quando vamos ao hospital, quando votamos nas eleições ou, até mesmo, quando simplesmente saímos à rua. Sem esta confiança nos outros e, principalmente, nas instituições, como os bancos, companhias aéreas, hospitais, a polícia e as Forças Armadas (FFAA), a vida como hoje a conhecemos não seria possível (Belchior, 2015; Finuras, 2013; Mayer, Davis, & Schoorman, 1995; Sztompka, 1999).

A confiança nas instituições assume também um papel importante na determinação da avaliação que os cidadãos fazem do seu desempenho, pelo que é oportuno medir e compreender o lugar atribuído às FFAA a este respeito.

Por todo o mundo tem sido estudada esta temática, a ponto de variadíssimas sondagens, nacionais e internacionais, se dedicarem a observar o grau de confiança que em vários momentos se deposita nas instituições. A partir da informação disponível, é possível

apurar-se o grau de confiança que os portugueses atribuem às FFAA, bem como acompanhar os resultados nacionais em vários momentos, e em comparação com o observado ao nível europeu, para identificar e discutir semelhanças e diferenças. O enfoque desta pesquisa centra-se na confiança dos cidadãos relativamente às instituições nacionais, mas aprofunda o tema relativamente às FFAA. Sendo múltiplos os estudos que abordam a mesma temática, a contribuição da presente investigação consistirá em reunir o referencial disperso nos vários estudos, de 2000 a 2016, um período não muito longo, mas durante o qual ocorreram mudanças relevantes no que à Defesa e às FFAA diz respeito.

Identificado o domínio do trabalho, a problemática e a pertinência em estudar a confiança nas instituições, mais especificamente nas FFAA, importa definir a pergunta de partida (Haro et al., 2016) que se constitui como o “fio condutor da investigação” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 44).

No presente trabalho, a pergunta de partida que estabelece o que se quer saber e orienta toda a pesquisa é a seguinte: “Será que as FFAA portuguesas ocupam um lugar de destaque nos índices de confiança?”.

Para conferir operacionalidade à pergunta de partida, delimitando-a e orientando-a para os “aspetos do problema focar (...) e em que perspetivas” (Moreira, 2007, p. 69), definiram-se as seguintes perguntas derivadas (PDI):

PDI1. Como se posicionam os portugueses quanto à confiança nas instituições?

PDI2. Qual o lugar que as FFAA portuguesas ocupam nos índices de confiança nacional?

PDI3. Quais as variáveis que mais afetam a confiança dos portugueses nas FFAA?

PDI4. Qual o lugar que as FFAA portuguesas ocupam nos índices de confiança relativamente à média europeia?

O objetivo geral é conhecer o lugar que as FFAA portuguesas ocupam nos índices de confiança nacional e a sua posição relativamente à média europeia. Decorrente deste objetivo, e em associação com as perguntas derivadas, formularam-se os objetivos específicos, que “permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados finais” (Sousa & Baptista, 2011, p. 26):

O1. Estudar a confiança dos portugueses nas instituições nacionais;

- O2. Verificar a posição das FFAA no panorama nacional;
- O3. Identificar as variáveis relacionadas com esse posicionamento;
- O4. Comparar com os países da União Europeia (UE).

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, sendo que no fim dos mesmos se apresentam as conclusões do trabalho e as referências bibliográficas.

O primeiro capítulo contém uma revisão de literatura e enquadramento teórico relativamente ao conceito de confiança e sua aplicação ao campo das instituições, especificamente para as FFAA.

O segundo capítulo faz um enquadramento teórico centrado nas FFAA, apresentando sinteticamente as suas missões, estrutura e objetivos, bem como a respetiva importância social, na ótica do Estado e dos cidadãos. Neste último âmbito, no intuito de abordar a relação entre cidadãos e FFAA e expressamente aferir a importância que os portugueses lhes conferem, apresentam-se os inquéritos de opinião que têm vindo a ser produzidos.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada na produção desta investigação, nomeadamente quanto ao tipo de abordagem, modelo de análise e métodos e técnicas de recolha e tratamento de dados.

No quarto capítulo são apresentados os dados obtidos decorrentes do trabalho de investigação, faz-se a respetiva análise, comparam-se resultados obtidos de estudos anteriores e discutem-se as hipóteses formuladas.

Por último são apresentadas as conclusões, onde são verificadas as hipóteses através do confronto com os resultados obtidos no capítulo 4, apresentadas as respostas às perguntas derivadas e pergunta de partida, enunciadas as limitações encontradas no decorrer da investigação e propostas investigações futuras.

CAPÍTULO 1

CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Existe, de forma geral, em todos os autores o consenso de que nenhuma sociedade sobrevive sem doses elevadas de confiança entre os seus membros. A confiança acelera as relações sociais. O risco faz parte da confiança, “há que arriscar para evitar correr riscos, há que confiar para fugir ao demónio da desconfiança. De certa forma, a confiança obriga a sacrificar o presente em nome do futuro” (R. Marques, 2012).

O mundo tem vindo a tornar-se cada vez mais interdependente e a globalização veio interligar diversas sociedades a vários níveis: político, militar, económico, cultural e financeiro (Sztompka, 1999). A dependência da cooperação começa a crescer e com ela aumenta a importância da confiança que depositamos nos outros (Misztal, 1996).

A confiança é vista com “um princípio fundamental das democracias liberais” (Belchior, 2015, p.13), um forte apoio público à democracia e ao seu sistema institucional é indispensável para o bom funcionamento de um país democrático e, por isso, o estudo da confiança é de grande importância.

1.1 Confiança

O estudo sistemático da confiança é relativamente recente. Como podemos observar na Figura n.º 1, apenas a partir da segunda metade do século XX o número de estudos começou a crescer fortemente.

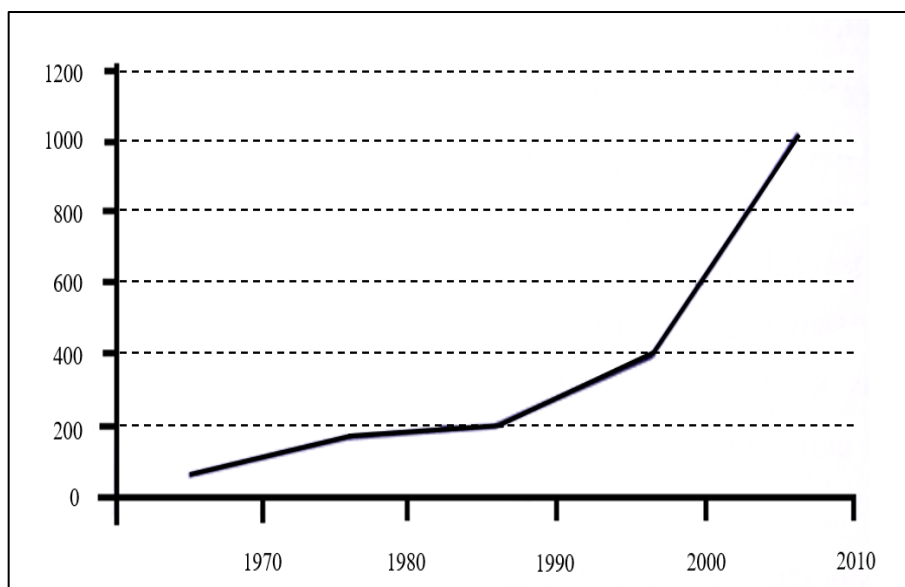


Figura n.º 1 – Número de estudos sobre a confiança 1970-2010

Fonte: (Finuras, 2013, p. 26)

Apesar de recentes, os estudos sobre esta temática têm-se desenvolvido em diversos ramos do campo científico, com enfoques diferentes. Assim, por exemplo, à Economia, interessa estudar a confiança aplicada às transações; à Psicologia, importa a confiança interpessoal; à Ciência Política e a Sociologia, interessa estudar a confiança que um sujeito sente em relação a outros, bem como a confiança que indivíduos e grupos depositam nas instituições.

A confiança é mais usualmente medida através de inquéritos, frequentemente através de questões simples e diretas, perguntando aos inquiridos se “confiam ou não”, ou o “quanto confiam”. Embora seja menos usual, a confiança também pode ser medida através de experiências com jogos. De um modo geral, os inquéritos são compostos por duas perguntas, uma delas refere-se à confiança interpessoal, usando-se habitualmente pergunta de

Rosenberg ou a pergunta da “carteira perdida”¹; a outra refere-se aos níveis de confiança nas instituições, perguntando, para cada uma das instituições, se “confia ou não”, ou o “quanto confia” através de uma escala numérica (Finuras, 2013).

Segundo o dicionário Houaiss (2011), confiança é uma crença de que vai tudo correr bem o suficiente, de forma a cumprir a sua função e concretizar as suas expectativas. Esta está relacionada com a fé que temos nas pessoas e na sua capacidade de “manter a palavra” (Rosenberg² 1956 citado em Finuras, 2013).

Giddens (1991) refere não existir necessidade de confiar em alguém cujas atividades são visíveis e monitorizadas e, portanto, a confiança surge com a necessidade de colmatar a falta de conhecimento ou ignorância numa área específica através de alguém, ou algo, com conhecimento e autoridade para o fazer, tornando-se num ato de fé e vulnerabilidade.

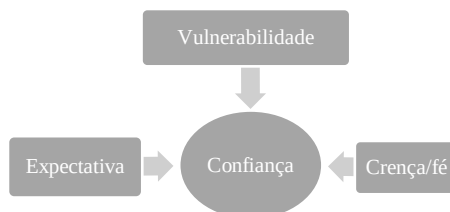
Mayer, Davis e Schoorman (1995) consideram haver confiança quando uma parte (A) está disposta a ficar vulnerável às ações de outra (B), com base na expectativa de que realize uma determinada ação importante para A, quer consiga ou não monitorizar ou controlar B. Já para Fukuyama (1995) a confiança surge da “prática de comportamentos de valor” determinados pela cultura de cada sociedade e também é como uma expectativa “que emerge de uma comunidade, em que os seus membros se caracterizam por um comportamento estável e honesto e por regras comumente partilhadas” (1995, p. 36). Ela faz parte do “capital social”³ e funciona como um “lubrificante” das relações sociais: facilita e agiliza os processos (Putnam, 1993). Para Fukuyama (1995) e Putnam, (1993) a confiança surge através da familiaridade obtida nas relações comuns e habituais.

Atendendo às múltiplas definições de confiança, sistematizaram-se na Figura n.º 2 os conceitos que a ela se associam, como a *expectativa*, a *crença/fé* e a *vulnerabilidade* (Belchior, 2015; Finuras, 2013; Luhmann, 1979; Onora, 2002) e que serão explanados nos pontos seguintes.

¹ Pergunta qual a probabilidade de um “vizinho”, um “polícia” e um “estranho, ao encontrar uma carteira perdida a devolvesse a seu dono

² Criou a “pergunta de Rosenberg” utilizada em muitas investigações sobre confiança social, normalmente interpessoal, sendo ela: “Em termos gerais, você diria que a maioria das pessoas é de confiança, ou que é preciso todo o cuidado ao lidar com elas?”

³ “Refere-se a características de organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo. O capital social aumenta os benefícios do investimento em capital físico e humano” (Putnam, 1993, pp. 1–2)

**Figura n.º 2 - A confiança****Fonte: Elaboração própria**

1.1.1 Expectativa

A confiança é a expectativa, por parte de quem confia, do comportamento futuro do confiado (Barbalet, 2006). A expectativa pode ser encarada como uma esperança que se baseia em supostos direitos, probabilidades ou até mesmo promessas (Figueiredo, 1913). Este é um dos conceitos que se encontra mais vezes interligado à confiança, como vimos anteriormente em algumas das definições apresentadas.

Para melhor se compreender o significado da expectativa e sua relação com a confiança, vejamos um exemplo: quando um sujeito paga a um amigo para lhe fazer um determinado serviço, só lhe paga porque tem a expectativa de que cumpra o serviço, caso essa expectativa não existisse, a confiança não seria depositada no amigo.

1.1.2 Crença/fé

Por sua vez, podemos ver na crença o ato de crer, de ter como verdadeiro e de dar crédito a algo ou alguém (Figueiredo, 1913). A crença implica tomar uma decisão sem analisar as alternativas possíveis, sem refletir sobre a decisão, quase como por instinto. A confiança pode depender deste “ato de fé” para se tornar possível em muitas situações, nas quais não existe um elo de ligação entre quem confia e o confiado, nem informação relevante acerca do confiado.

Ilustrando, retomemos o exemplo anterior, mas ao invés de um amigo, o sujeito paga a um completo desconhecido, este já poderá ser considerado um ato de crença, uma vez que não sabe qual a fiabilidade do sujeito ou as suas capacidades no desempenhar desse serviço.

1.1.3 Vulnerabilidade

A confiança é um meio de ultrapassar a incerteza, a falta de informação e de provas que nos deem garantias relativamente ao futuro. Assim sendo, a tentativa de ultrapassar essas incertezas leva à vulnerabilidade do sujeito que confia e, assim, à suscetibilidade de ser “dececionado, ferido, ofendido, atacado, ou pior” (Figueiredo, 1913). Como no exemplo, visto anteriormente, do pagamento de serviço a um amigo ou desconhecido, existe vulnerabilidade por parte do sujeito que paga, pois não sabe se o serviço ficará feito nem em que condições.

1.1.4 Confiança nas Instituições

A confiança nas instituições é uma “confiança indireta ou de segunda ordem” que caracteriza o relacionamento entre as instituições e os cidadãos, tornando-se possível apenas devido à falta de confiança interpessoal (J. Ferreira, Marques, Graça, Lopes, & Gonçalves, 2012).

Uma das tarefas fundamentais do Estado, e logo também do Estado português, é providenciar serviços considerados essenciais aos seus cidadãos, como os que garantem a sua proteção (polícia e militares) e serviços básicos, como a educação, a saúde e o bem-estar.

A qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos é afetado em grande medida quando não existe confiança nas instituições. Asa Kasher (2003) apresenta alguns exemplos, como é o caso em que os cidadãos não confiam numa escola pública, onde os seus filhos são educados, ou que não confiam na polícia, para defender a sua família contra criminosos, ou até mesmo nos militares, de quem se espera que os defendam e às suas famílias. Esta falta de confiança interfere com o normal decorrer do dia-a-dia, por exemplo um cidadão que não confie na polícia ou nos hospitais, irá evitar situações e frequentar certos sítios, uma vez que não se sente seguro.

Vivemos numa democracia e esta assenta num grande pilar que é a liberdade, mas se não existir confiança nas instituições a liberdade torna-se limitada, como visto anteriormente

no exemplo da polícia, os cidadãos deixam de poder exercer os seus direitos livremente, e isto leva a uma situação alarmante e contraditória daquilo que são os fundamentos da democracia.

Ultimamente, a questão da falta de confiança tem vindo a ser cada vez mais debatida e muitos consideram que estamos perante uma crise de confiança nas instituições, principalmente a nível Político. Uma instituição só cumpre os seus deveres graças aos seus membros, eles são o núcleo da instituição e sem eles, ela não existiria.

Um dos aspetos fundamentais para a continuidade de uma instituição é o seu processo de recrutamento, onde são admitidos novos membros, dentro das qualidades profissionais desejadas para as diversas funções, objetivos e ética da instituição. No entanto, este processo é afetado pela falta de confiança na instituição e, naturalmente, é suscetível de sofrer uma diminuição do nível de recrutamento, o que em último caso, afeta a capacidade da instituição cumprir os seus objetivos (Kasher, 2003).

Este aspeto é especialmente relevante para a instituição militar, uma vez que, atualmente, o processo de recrutamento é baseado no voluntariado⁴ e com este tipo de recrutamento, ou se conta com um elevado “grau de consciência cívica (...) e espírito de aventura (...)” (Couto, 2012, p. 1182) ou se enfrentam as condições da concorrência do mercado de trabalho.

Há, pois, a considerar que a confiança na instituição militar, para além de outros vertentes, pode também produzir efeitos ao nível do recrutamento de novos membros, algo que em Portugal se tem vindo a tornar preocupação.

⁴ Característico dos países “que, pela sua situação geográfica, não percecionam a ameaça de uma guerra travada no seu território” (Couto, 2012, p. 1181)

CAPÍTULO 2

FORÇAS ARMADAS

A atual conjuntura que se vive em Portugal leva a que cada vez mais se sinta a necessidade de transmitir e fazer compreender aos cidadãos em geral (Kasher, 2003) o porquê da existência das FFAA. A opinião que os portugueses desenvolvem é de grande relevância, e as FFAA têm também a necessidade de acompanhar a evolução social, política e económica da sociedade, para assim saberem conjugar simultaneamente a “compreensão da sua existência” com dois fatores base: a “segurança e o segredo militar” (Costa, 1984, p. 131).

Como principal instrumento de perceção da opinião que os portugueses têm relativamente às suas FFAA temos os inquéritos de opinião, que surgiram nos anos 70 com o processo de democratização de Portugal. Estes também permitem perceber se um dos principais objetivos do Estado, o bem-estar, está a ser salvaguardado, cumprindo outro, o da segurança. É no cumprimento deste último, e salvaguarda do primeiro, que as FFAA se podem considerar como uma instituição fundamental do Estado.

O presente capítulo aborda, numa primeira fase, a missão das FFAA, a sua estrutura e os seus objetivos principais – o bem-estar e a segurança. Numa segunda fase, trata mais aprofundadamente o tema dos inquéritos de opinião, quando surgiram, a importância que têm e a evolução dos mesmos.

2.1 Estrutura e Missão

As FFAA são constituídas pelo Estado-Maior-General das FFAA (EMGFA), os órgãos militares de comando (chefe do EMGFA e os chefes de Estado-Maior dos ramos) e os três ramos: Marinha, Exército e Força Aérea.

Obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da Lei e integram-se na administração direta do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional. Os órgãos do Estado diretamente responsáveis pela defesa nacional e pelas FFAA são os seguintes:

- a) Presidente da República (PR);
- b) Assembleia da República (AR);
- c) Governo;
- d) Conselho Superior de Defesa Nacional;
- e) Conselho Superior Militar.

A finalidade histórica das FFAA é a de dissuadir, através da sua existência e transmissão da sua credibilidade, e combater, através do emprego da força organizada, como refere Garcia (2015). Assim, as missões cometidas às FFAA, decorrentes do Conceito Estratégico Militar⁵ (CEM) (2014a), são: “a segurança e defesa do território nacional e dos cidadãos; a defesa coletiva; o exercício da soberania, jurisdição e responsabilidades nacionais; a segurança cooperativa; o apoio ao desenvolvimento e bem-estar; e a cooperação e assistência militar” (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2014b).

As FFAA constituem um fator estruturante do Estado, além de estarem ligadas à fundação de Portugal e a todo o seu percurso histórico e manterem a sua missão fundamental de “garantir a defesa militar da República”. São, hoje, parte importante na afirmação de Portugal no mundo (Pinto, 2009), nomeadamente, através da segurança cooperativa⁶ de que faz parte, de onde se destaca a participação em missões humanitárias e de apoio à paz, as tarefas de cooperação com as FFAA de países amigos, no âmbito da política externa⁷ do Estado, e a cooperação com as forças e serviços de segurança no combate a agressões ou ameaças transnacionais (Assembleia da República [AR], 2009).

⁵ Define: as missões das FFAA; o conceito militar de ação; as capacidades e vulnerabilidades; as ameaças previsíveis; o dispositivo e o sistema de forças. (J. J. B. Ferreira, 2015)

⁶ Participação das FFAA em ações de nível multinacional tendentes à resolução de crises internacionais, realizando: Operações de Resposta a Crises no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (não artigo 5º); Outras operações e missões no âmbito da OTAN; Operações e missões no âmbito da UE; Operações de Paz no âmbito da ONU e da CPLP; Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2014a).

⁷ “alianças existentes, as organizações internacionais de que o país faz parte, e quantidade e qualidade do pessoal diplomático” (J. L. dos Santos, 2012, p. 17)

Às FFAA compete, também, realizar missões de interesse público, como “colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e ações de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação” (Assembleia Constituinte, 2005), como são exemplo a prevenção e combate aos incêndios, evacuações médicas e transporte de órgãos e a abertura de estradas e montagem de pontes (Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA], 2007).

2.2 Bem-estar e segurança

Como vimos anteriormente, cabe às FFAA a garantia da segurança e a salvaguarda do bem-estar. Estes dois objetivos fazem dela uma “instituição estruturante do próprio Estado, já que sem FFAA não se pode falar de Estado soberano. Ter-se-á, antes, um Estado dependente...” (Barrento, 2013, p. 559) que não consegue garantir a soberania nacional, sem ajuda de terceiros.

O objetivo de salvaguardar o bem-estar surge com a necessidade do Estado garantir aos seus cidadãos o usufruto de bens materiais considerados essenciais à vida, e o progresso moral e material. Esta necessidade surge, naturalmente, em vários Estados, todos com o objetivo de providenciar o bem-estar aos seus cidadãos. A busca pelo bem-estar leva a que surjam conflitos entre Estados, e assim surge outro objetivo essencial para o Estado: a segurança. Esta impede que os outros Estados tomem o que não lhes pertence, se preciso for, através da força militar. Assim, podemos afirmar que a salvaguarda do bem-estar está intimamente ligada à garantia da segurança, uma vez que não existe um sem o outro. Sem segurança não há bem-estar, e se o bem-estar estiver muito abaixo de um determinado nível, não existe segurança (J. L. dos Santos, 2012).

2.3 Forças Armadas e a sociedade

A partir dos anos sessenta surgiu um interesse crescente por parte dos cientistas sociais em estudar a problemática militar, que até então não era objeto de muitos estudos. Em 1972 registavam-se 1325 títulos acerca do tema, uma década depois o número quintuplicava, e desde então, as publicações continuaram a aumentar ao longo dos anos (Carrilho, 1985).

Surgiram as sondagens e inquéritos de opinião, que se tornaram elementos importantíssimos para o conhecimento social. As sociedades atravessavam mudanças importantes face a fenómenos políticos complexos cuja análise exigia “instrumentos metodológicos” para observar a realidade, sendo neste contexto que se desenvolvem os estudos de opinião (Carrilho, 1994b, p. 169). Estes, numa democracia, tornam-se ainda mais relevantes, pois permitem que seja atribuído à opinião de quem nunca seria ouvido, peso, valor e significado (Magalhães, 2011) e permitindo aos políticos “um processo mais consistente de tomada de decisão” (Carrilho, 1995, p. 13).

A opinião pública sobre as FFAA varia com a situação do país, a “situação económica, a localização geográfica, a estabilidade política e social, a forma de atuação dos meios de comunicação social e a perceção da ameaça” (Begonha, 1993, p. 153). Nos dias de hoje as missões atribuídas são maioritariamente de paz e humanitárias, que “pela sua natureza não são tão espetaculares como num conflito convencional” (Manigart, 2001, p. 8), não existe um inimigo visível aos olhos da população, o risco tornou-se difuso e, por isso, a defesa já não é vista como uma prioridade. As FFAA têm a necessidade de se integrar na sociedade e de ver reconhecida a sua utilidade enquanto instituição que garante a soberania do Estado, caso contrário, os cidadãos consideram injustificada a sua existência e os deveres que lhes exigem para que se garanta a estrutura de defesa militar (Vieira, 2004).

2.3.1 Inquéritos de opinião

Após o 25 de Abril de 1974⁸, inicia-se o processo de democratização em Portugal, no lugar da censura⁹ passa a haver liberdade de imprensa e de expressão, e com ela surge a possibilidade de avaliar a opinião dos portugueses, o que, até então, era praticamente impossível, uma vez que não tinham acesso a uma “informação pluralista”.

Surgem as sondagens, em 1976, e dois anos mais tarde, o primeiro inquérito à opinião pública sobre questões de defesa, conduzido pelo Conselho da Revolução¹⁰. Dez anos depois, surge um novo inquérito, desta vez promovido pelo Instituto da Defesa Nacional

⁸ “A revolução de 25 de abril de 1974 marca a queda de um período ditatorial de quarenta e oito anos em Portugal e o início de um processo de democratização social e política” (M. C. F. Marques, 2014, p. iii).

⁹ Aprovação ou desaprovação prévia da informação, visando a proteção de um Estado ou grupo de Poder. Exame crítico de obras literárias ou artísticas (Figueiredo, 1913, p. 411).

¹⁰ Órgão político e legislativo em matéria militar, que representava o Movimento das FFAA (MFA), cujas funções eram legislar e regulamentar a organização e o funcionamento das FFAA e supervisionar acordos internacionais militares

(IDN), cujos resultados e relatórios culminaram numa publicação, que veio a suscitar algum interesse relativamente ao tema abordado, intitulada “Nacionalismo e Patriotismo na sociedade portuguesa atual” (Carrilho, 1992).

Em 1986, Portugal passa a fazer parte da Comunidade Económica Europeia (CEE)¹¹ e, consequentemente, da sondagem realizada a nível europeu “Eurobarómetro”, embora já viesse desde o outono de 1981 a responder a algumas perguntas incluídas nos relatórios publicados (European Commission, 1984).

A inclusão de Portugal no “Eurobarómetro”, instrumento “insubstituível para a avaliação da opinião pública nos estados membros da Comunidade Europeia” (Carrilho, 1992, p. 4), é de grande importância para a “objetividade científica” dos estudos realizados no campo das ciências sociais, pois veio permitir que fossem feitas análises comparativas com outros países e assim melhor compreender os fenómenos sociais (Schneider & Schmitt, 1998).

Após os primeiros passos dados, surge o European Values Study (EVS)¹², é nesta sondagem que surge a primeira questão¹³ relativamente à confiança dos portugueses nas instituições nacionais, incluindo as FFAA, a partir da segunda vaga (1990, 1999 e 2008). A confiança dos portugueses nas FFAA segundo o EVS, nos anos anteriormente referidos, encontra-se na tabela n.º 7 no Apêndice A (EVS, 2015).

Seguiram-se mais quatro inquéritos conduzidos por Maria Carrilho em anos sucessivos: 1991, 1992, 1993, 1994, estes foram os primeiros inquéritos orientados para os temas de defesa e segurança em Portugal e, de entre as questões seleccionadas, algumas delas já eram iguais às do Eurobarómetro, de forma a permitir as posteriores comparações de resultados.

Em 1991, o inquérito realizado por telefone¹⁴, incidia sobre 6 blocos principais, sendo eles: perceção de ameaças e riscos; FFAA e serviço militar; função das FFAA; defesa

¹¹ Também conhecida por Mercado Comum, foi instituída pelo Tratado de Roma, 1957, que reuniu seis países: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos ((s/a), 1957), com o objetivo de estreitar a união entre os povos europeus, assegurar o progresso económico e social e a melhoria das condições de vida, redução das desigualdades e consolidar a defesa da paz e da liberdade. Eliminou-se os direitos alfandegários intracomunitários, aplicaram-se políticas agrícolas e comerciais comuns e uma política da concorrência. Mais tarde, 1972, juntaram-se a Dinamarca, a República da Irlanda e o Reino Unido, e, em 1980, a Grécia. A partir de 1993 passou a denominar-se de UE (F. Sousa & Mendes, 2014).

¹² Teve início em 1970 com um grupo informal de académicos e abrangia 10 países, na última vaga, realizada em 2008, abrangeu 47 países (European Values Study, 2015)

¹³ “Por favor olhe para este cartão e diga-me, para cada instituição listada abaixo, quanta confiança tem nela, imensa, muita, não muita ou nenhuma?”, ver Anexo A

¹⁴ “Os inquéritos são realizados por entrevista pessoal ou por telefone, em anos alternados; o número de questões não pode exceder uma certa dimensão (...) algumas questões, consideradas mais problemáticas são colocadas anualmente, outras de dois em dois anos” (Carrilho, 1994b, p. 177).

nacional, OTAN e Europa; missões internacionais das FFAA; e atitudes em relação aos estrangeiros (Carrilho, 1992).

Um ano depois, é realizado o segundo inquérito através de entrevistas pessoais, o que permitiu o aprofundamento de algumas questões e a inclusão de outras dentro da mesma temática. A divisão do inquérito foi feita de forma idêntica ao primeiro, mas com mais perguntas em cada bloco. Neste inquérito surge uma questão relativamente à confiança dos portugueses nas instituições nacionais, incluindo as FFAA, nomeadamente na questão n.º 22¹⁵ onde era pedido que o entrevistado indicasse as três instituições, das constantes no enunciado, que mereciam maior confiança. Os resultados obtidos serão analisados e discutidos mais à frente no capítulo 4.

Em 1993 e 1994 são realizados o terceiro e quarto inquérito dirigidos por Maria Carrilho (1994a, 1995). O primeiro é muito idêntico ao de 1991, as entrevistas voltam a ser realizadas por telefone, voltam a ser menos questões e menos aprofundadas e, por isso, a questão da confiança também não entra neste inquérito. O inquérito de 1994, apesar de ser novamente através de entrevista direta, também não inclui a questão da confiança.

Mais tarde, em 1999, surge outro inquérito conduzido por Luís Matos e Mário Bacalhau, que em 2001 veio a dar origem ao livro “As Forças Armadas em Tempo de Mudança. Uma sondagem à opinião pública nas vésperas do século XXI”, este aborda seis grandes temas: as condicionantes, as missões, a estrutura, a internacionalização, a carreira e o prestígio social dos militares. Em 1999, de acordo com os autores, “os portugueses revelavam um forte sentimento de identidade nacional e uma baixa perceção de ameaças exteriores” (Matos & Bacalhau, 2001, p. 23). A questão da confiança nas diversas instituições não faz parte do inquérito, mas os autores fazem referência ao “Barómetro” do Diário de Notícias / TSF¹⁶, onde os militares são os mais merecedores de confiança por parte dos portugueses, seguidos dos padres e em terceiro pelos políticos (Matos & Bacalhau, 2001).

¹⁵ Ver Anexo B

¹⁶ “(...) dados recolhidos de fevereiro de 1988 a julho de 2000 (...) As sondagens são feitas a uma amostra representativa da população; a partir de maio de 1999, diminui o tamanho dessa amostra o que aumenta o erro estatístico.” (Matos & Bacalhau, 2001, p. 160)

Em 2000 a sondagem europeia “Eurobarómetro” começa a introduzir a questão da confiança¹⁷ aplicada às instituições europeias e nacionais¹⁸ de forma recorrente e até aos dias de hoje, embora não estivesse presente em todas as sondagens, nomeadamente em nenhuma entre 2011 e 2013; em alguns anos participou nas duas sondagens realizadas, como ocorreu em 2001, 2003, 2004 e 2016.

Esta sondagem, por ser realizada a nível europeu e encomendada pela Comissão Europeia, constitui um elemento de grande importância para o estudo da confiança nas instituições, pois além de permitir a comparação entre sondagens e assim verificar a evolução da confiança, permite realizar uma comparação entre países e a média europeia e assim tentar perceber as semelhanças e diferenças e encontrar padrões explicativos das mesmas.

Em 2002 inicia-se o European Social Survey (ESS), inquérito realizado a nível europeu com frequência bienal, o qual trata atitudes e opiniões da população europeia acerca de variados assuntos, entre eles a confiança nas instituições, no entanto não inclui as FFAA.

Em 2009, é realizado a nível nacional um inquérito acerca da Defesa e FFAA¹⁹ por uma equipa dirigida por Helena Carreiras cujo objetivo foi estudar “as transformações ocorridas nas FFAA Portuguesas durante as últimas duas décadas” (Carreiras, 2009, p. 2). O inquérito versou três grandes temas: defesa e perceção de ameaças, as FFAA e identidade nacional e defesa. Este inquérito também incluía uma pergunta para medir a confiança dos portugueses nas instituições²⁰, nomeadamente nas FFAA. Apesar de importante para o estudo da confiança, este inquérito não teve continuidade e, portanto, não permite comparações.

Paulo Finuras realiza uma sondagem em 2011 orientada especificamente para a questão da influência da cultura nacional na confiança institucional em quatro países lusófonos: Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, de onde se consegue chegar à

¹⁷ Pergunta: “Gostaria de lhe fazer agora uma pergunta sobre a confiança que lhe inspiram certas instituições. Para cada uma delas, diga-me por favor se tem ou não confiança nela?”. Respostas possíveis: “Tem confiança”, “Não tem confiança”, “Não sabe/Não responde” (European Commission, 2001)

¹⁸ As FFAA, a polícia, as organizações de solidariedade social, as Nações Unidas, a UE, a rádio, a TV, a igreja, o sistema judicial, os sindicatos, as organizações não-governamentais, o parlamento, a imprensa, as grandes empresas e os partidos políticos, entre outros.

¹⁹ No âmbito do projeto “As FFAA portuguesas após a guerra fria” do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologias (FCT)

²⁰ Ver Anexo C

conclusão das instituições em que os portugueses mais confiam²¹. Tanto a sondagem de Paulo Finuras como a de Helena Carreiras são feitas com base numa escala, no entanto, o primeiro autor usa uma escala de 1 a 6 enquanto a segunda autora recorre a uma escala de 0 a 10.

Sistematizando o que foi levantado relativamente aos inquéritos mais importantes para a medição da opinião pública, inclusive da confiança, em relação às instituições a nível nacional e Europeu, são de referir: o EVS, o Eurobarómetro, a partir de 2000; o segundo inquérito de Maria Carrilho (1992); o inquérito coordenado por Helena Carreiras (2009); e o inquérito realizado por Paulo Finuras (2011). Porém, como se referiu, a formulação das perguntas e/ou as escalas utilizadas não são uniformes, o que dificulta e nalguns casos impossibilita a comparação de dados.

²¹ Através da pergunta: “Definindo a confiança do cidadão numa instituição como a expectativa, crença ou segurança que este tem de que essa instituição cumpre a sua função com correção de princípios e competência em relação ao cidadão, por favor assinale agora com um X QUAL O SEU GRAU DE CONFIANÇA face às seguintes INSTITUIÇÕES no seu PAÍS:” (Finuras, 2014, p. 101)

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3.1 Método de abordagem da investigação e modelo de análise

Método científico²² é “um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento (...) completamente novo ou ser o desenvolvimento, a reunião ou o melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes” (Sarmiento, 2013, p. 7).

Na presente investigação recorre-se ao método hipotético-dedutivo²³, que consiste na formulação de hipóteses, ou seja, numa resposta provisória às PDI formuladas, uma pressuposição que deve ser verificada confrontando-a com os dados de observação (Quivy & Campenhoudt, 2013). Com base nas observações, as hipóteses são posteriormente testadas e validadas, caso não surjam resultados contraditórios que as refutem, tratando-se de um “método de tentativas e eliminação de erros, que não leva à certeza total, pois o conhecimento absolutamente certo e demonstrável não é alcançado” (Sarmiento, 2013, p. 9).

Foram elaboradas as seguintes hipóteses:

HI1. Os portugueses tendem a manifestar diferentes níveis de confiança consoante o tipo de instituições.

HI2. As FFAA situam-se no topo dos índices de confiança nacional.

HI3. As variáveis que mais afetam a confiança dos portugueses nas FFAA são a idade e o nível de escolaridade.

²² Deve ter as seguintes características enunciadas por Sarmiento (2013): Objetividade, refutabilidade, estruturação, previsibilidade, controlo, crítico, comparabilidade e causalidade.

²³ Desenvolvido por Karl Popper por considerar que o método indutivo deixava margem para erros (Freixo, 2011 citado por (L. Santos et al., 2014)).

HI4. Comparativamente, o nível de confiança dos portugueses nas FFAA é superior à média europeia.

3.2 Métodos e técnicas de recolha de dados

“Observar, perguntar e ler são as três ações fundamentais que estão na base das técnicas de recolha de dados” (Moreira, 2007, p. 153). Neste trabalho a recolha de dados foi feita através de entrevistas exploratórias, de técnicas de análise documental, e de análise secundária de inquéritos por questionário realizados por outros autores ou outras instâncias, com particular destaque para as sondagens do Eurobarómetro.

Tomando em consideração a vantagem de dirigir as entrevistas a “docentes, investigadores especializados e peritos” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 71), realizaram-se duas entrevistas exploratórias²⁴ a dois investigadores: Helena Carreiras, investigadora especializada na área das FFAA, questões de defesa e opinião pública, entre outras; e Paulo Finuras, investigador especializado na área da confiança nas instituições. O vasto conhecimento dos entrevistados nas duas áreas (FFAA e confiança) contribui para “revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 69), auxiliando consequentemente na construção da problemática e na formulação das hipóteses de investigação. As entrevistas realizaram-se presencialmente e pela Internet via LinkedIn, respetivamente, conforme a disponibilidade dos entrevistados.

No decurso da investigação recorreu-se também a técnicas de análise documental, especialmente de documentos/relatórios facilitadores nos estudos comparativos (Moreira, 2007).

Porém, o principal suporte empírico da investigação reside na análise secundária de inquéritos por questionário, isto é na “investigação realizada com base em dados de inquéritos recolhidos anteriormente e disponíveis na forma da matriz de dados original” (Moreira, 2007), fundamentalmente através da base de dados do Eurobarómetro (relativa aos anos de 2000 a 2016). Recorreu-se, adicionalmente, à matriz de dados do inquérito nacional de 2009 conduzido por Helena Carreiras, cedida pela autora, e ainda aos resultados dos inquéritos de Maria Carrilho de 1992 e de Paulo Finuras de 2011 disponibilizados nas respetivas publicações.

²⁴ Ver Apêndices B, C e D

Deste modo, privilegia-se uma abordagem de tipo quantitativo, caracterizado por permitir um “conhecimento sistemático, comprovável e comparável, mensurável e replicável” (Moreira, 2007, p. 48), recorrendo a dados previamente existentes.

3.3 Amostragem (sondagens Eurobarómetro)

Atendendo a que, como se mencionou, o suporte empírico da investigação recai principalmente sobre os dados do Eurobarómetro, julga-se útil sistematizar os principais aspetos técnicos destas sondagens.

Em primeiro lugar, o universo em estudo nas sondagens do Eurobarómetro é constituído pela população dos estados-membros com idade igual ou superior a 15 anos, podendo ocorrer diferentes coberturas de países e de regiões. Ilustrando: para Portugal e para os temas que interessa aqui tratar, teremos observações respeitantes ao Continente e Regiões Autónomas nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, e apenas Portugal continental nos restantes anos.

As sondagens do Eurobarómetro recorrem a uma amostra representativa²⁵, uma vez que se verificam as duas características enunciadas por Quivy e Campenhoutdt (2013): a população tem uma grande dimensão e é importante que os dados sejam representativos da mesma, para assim se poder efetuar uma generalização à totalidade da população. É aplicada a amostragem aleatória de múltiplas etapas²⁶, sendo que para cada país se consideram as suas regiões administrativas²⁷ e dentro das mesmas se escolhem pontos de amostragem²⁸, com uma probabilidade proporcional ao tamanho da população e à sua densidade populacional, onde, aleatoriamente, se realizam as entrevistas.

A amostra tenta ao máximo aproximar-se dos valores percentuais das variáveis consideradas mais importantes da população, como é o caso do género, idade e região, através dos dados presentes no Gabinete de Estatísticas da UE (EUROSTAT) ou, no caso de Portugal, no Instituto Nacional de Estatística (INE). As amostras contêm cerca de 1000

²⁵ O processo de escolha dos indivíduos permite que “todos os membros da população, tenham a mesma probabilidade de fazer parte da amostra” (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 30)

²⁶ Aplicável quando “a população se compõe de várias subunidades” (Mann, 1983, p. 114) e combina dois ou mais tipos de amostragem (Haro et al., 2016)

²⁷ De acordo com o Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS) II: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo Algarve, Açores e Madeira (Presidência do Conselho de Ministros, 1986). A partir de 2004, a Madeira e os Açores deixam de ser incluídas na sondagem.

²⁸ Representados por localidades

entrevistas e, por isso, os limites de confiança variam entre $\pm 1,9$ e $\pm 3,9$ pontos, como se pode observar no Anexo D.

De seguida, são apresentados na figura n.º 3 os valores percentuais do género da amostra e da população até ao ano de 2015, através dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2000-2016). Assim, a figura além de permitir a caracterização da amostra, permite também a verificação da proximidade dos valores entre a amostra nacional e o universo. Esta comparação com os dados nacionais será feita apenas em relação ao género, e unicamente a título de exemplo, uma vez que não se pretende aqui verificar a conformidade entre a amostra e a população, uma vez que são dados do Eurobarómetro.

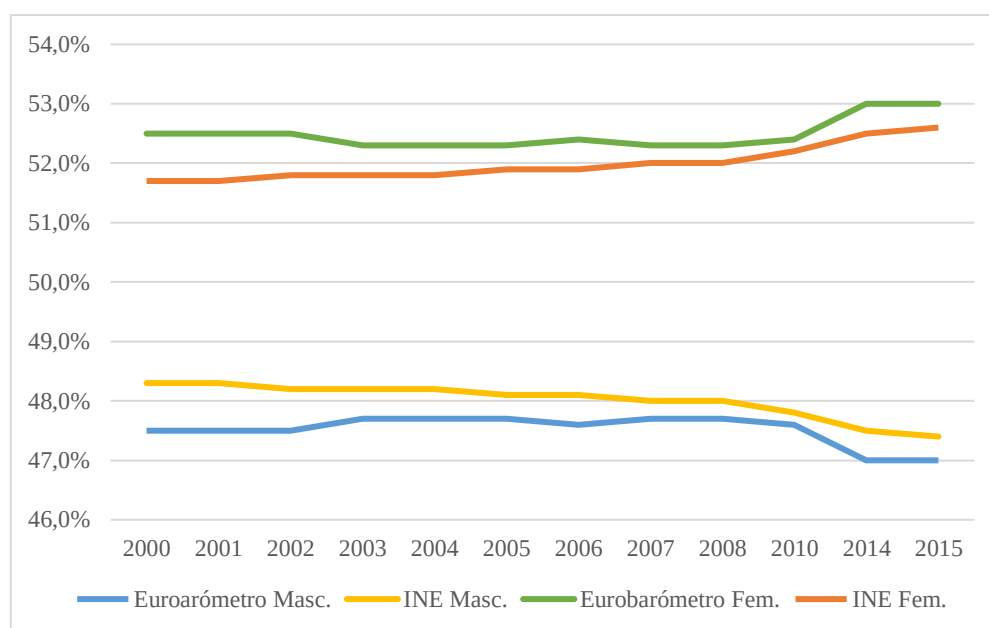


Figura n.º 3 - Percentagem de entrevistados no Eurobarómetro e da população portuguesa por género

Fonte: (European Commission, 2000-2016; INE, 2000-2016) (Elaboração própria)

Na tabela n.º 1 é efetuada a caracterização da amostra quanto à idade, por faixas etárias, onde podemos verificar que os valores se alteram com o avançar dos anos²⁹, no entanto caracterizam-se por terem uma maior percentagem de entrevistados com idade igual ou superior a 55 anos e um menor número com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos.

Tabela n.º 1 - Percentagem de entrevistados por faixa etária (2000-2016)

	15 - 24	25 - 39	40 - 54	55 +
novembro 2000	19,4%	27,6%	22,0%	31,0%
abril 2001	19,4%	26,5%	23,1%	31,0%
outubro 2001	19,4%	24,6%	25,0%	31,0%
março 2002	19,4%	30,9%	18,8%	31,0%
março 2003	17,2%	26,6%	23,8%	32,4%
outubro 2003	17,2%	26,6%	23,8%	32,4%
outubro 2004	11,0%	21,7%	22,3%	45,0%
outubro 2005	16,8%	26,9%	23,7%	32,6%
setembro 2006	16,8%	26,9%	23,7%	32,6%
setembro 2007	16,8%	26,9%	23,7%	32,6%
março 2008	16,8%	26,9%	23,8%	32,5%
outubro 2009	16,9%	26,9%	23,7%	32,5%
novembro 2010	16,8%	26,7%	23,8%	32,5%
novembro 2014	12,4%	23,9%	25,7%	38,0%
maio 2015	12,4%	23,9%	25,7%	38,0%
maio 2016	12,3%	23,3%	25,8%	38,6%
novembro 2016	12,3%	23,3%	25,8%	38,6%

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

Podemos caracterizar a amostra em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados através da idade em que deixaram de estudar. A tabela n.º 2 contém os valores percentuais

²⁹ Envelhecimento da população, verifica-se o aumento da percentagem de entrevistados com idades iguais ou superiores a 40 anos

do nível de escolaridade desde 2000 até 2016. Nesta tabela é perceptível a evolução ao longo dos anos, embora a ordem dos níveis de escolaridade continue igual, a sua diferença tem vindo a diminuir, o que indica que ao longo dos anos em que a sondagem tem vindo a ser realizada os entrevistados têm cada vez mais um maior nível de escolaridade.

Tabela n.º 2 - Percentagem de entrevistados por nível de escolaridade (2000-2016)

Idade em que deixaram de estudar	até 15 anos	16 – 20 anos	20 + anos
novembro 2000	60,1%	19,7%	10,7%
abril 2001	61,8%	17,4%	11,3%
outubro 2001	60,7%	18,4%	11,3%
março 2002	62,0%	18,3%	10,2%
março 2003	64,6%	20,9%	6,6%
outubro 2003	63,9%	20,4%	7,2%
outubro 2004	54,0%	18,5%	10,9%
outubro 2005	53,5%	21,5%	15,1%
setembro 2006	54,7%	22,8%	13,0%
setembro 2007	52,3%	21,7%	16,6%
março 2008	52,2%	26,4%	11,7%
outubro 2009	56,2%	22,6%	12,1%
novembro 2010	57,0%	23,5%	12,3%
novembro 2014	50,9%	26,0%	14,1%
maio 2015	49,1%	30,2%	14,3%
maio 2016	42,6%	28,6%	19,8%
novembro 2016	40,9%	31,7%	19,2%

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

Em 2000, 2001, 2002 e 2003, as entrevistas além de realizadas em Portugal continental, foram também realizadas nas regiões autónomas, no entanto, nos anos seguintes e até 2016 foram realizadas apenas em Portugal continental. Os dados são apresentados na figura n.º 4 por forma a obter uma caracterização espacial da amostra.

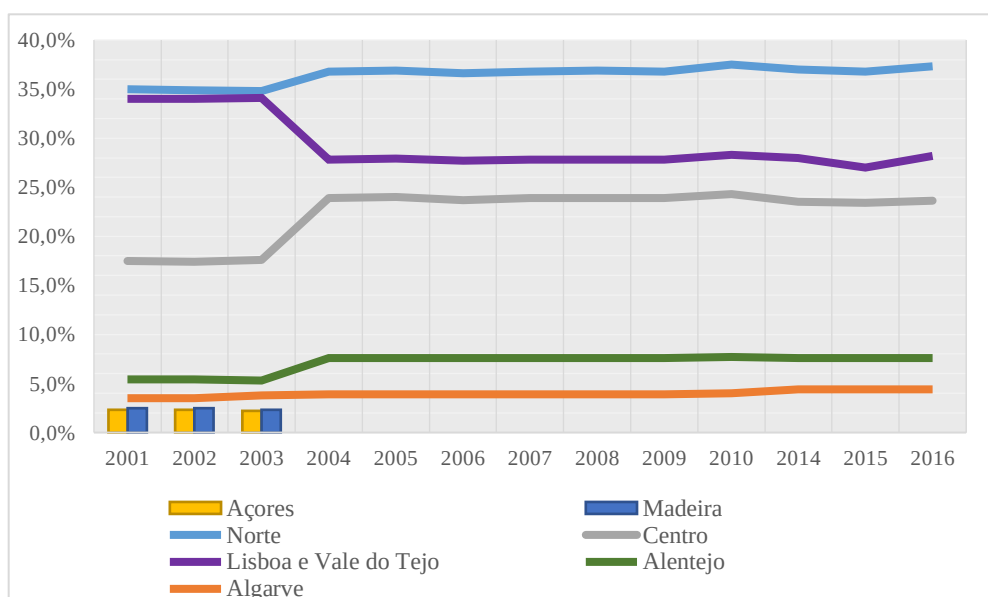


Figura n.º 4 - Percentagem de entrevistados por região (2001-2016)

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

CAPÍTULO 4

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e discussão de resultados que se segue, não se irá limitar a verificar ou não hipóteses, irá ser acompanhada de uma “fase de interpretação dos resultados” (Moreira, 2007, p. 232) que forem sendo obtidos ao longo da investigação, mesmo que para essa situação não tenha sido formulada uma hipótese, bem como das possíveis relações que tenham com outras variáveis.

4.1 A confiança dos portugueses nas instituições nacionais

Nas sondagens analisadas constam uma grande variedade de instituições³⁰, no entanto aqui apenas vão ser apresentadas as que mais se destacam, quer pela positiva quer pela negativa, para melhor se compreender o panorama da confiança nas instituições nacionais. Uma vez que a informação em excesso dificultaria a sua compreensão, o Apêndice E e respetiva tabela n.º 8 apresentam a informação relativamente à confiança em todas as instituições, desde o ano de 2000 até 2016, nas sondagens que incluem as FFAA.

Cumprindo o preceito acima descrito, começa-se por destacar os resultados inscritos na figura n.º 5³¹, onde constam as quatro instituições que mais se destacam por serem as que merecem mais e menos confiança por parte dos portugueses ao longo dos anos da sondagem, tendo cada uma delas sido considerada, pelo menos em duas sondagens, a instituição em que mais confiam.

³⁰ As instituições religiosas serão denominadas de “igreja” ao longo deste trabalho

³¹ A polícia não fez parte da sondagem de outubro de 2009, a rádio e a TV não fizeram parte da sondagem de maio de 2016 e, por isso, não se encontram representadas no gráfico, nos respetivos anos.

De seguida formulou-se a tabela n.º 3, onde se encontram identificadas por ano as três instituições em quem os portugueses mais confiam, por forma a possibilitar uma melhor compreensão das posições relativas entre elas e, principalmente, a posição das FFAA, que se encontra sombreada.

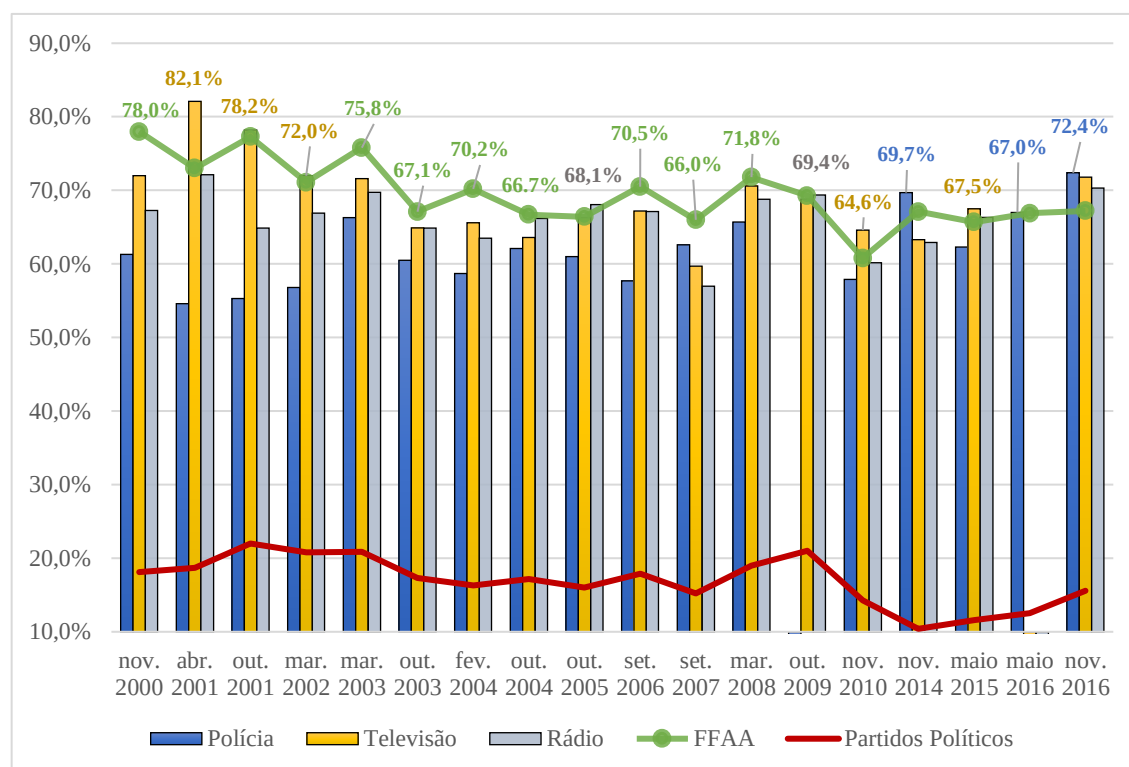


Figura n.º 5 - Instituições em que os portugueses mais confiam (2000-2016)

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

Analisando estes dois elementos, observamos que as FFAA oscilam diversas vezes entre o primeiro e o segundo lugar, tal como a televisão (TV), instituição que obtém o maior valor de confiança nas instituições em abril de 2001 (82,1%). No entanto, são as FFAA que mais vezes merecem maior confiança, principalmente entre novembro de 2000 e outubro de 2009. A partir de 2010 a confiança desce e as FFAA já não ocupam o lugar cimeiro; em

maio de 2015 descem pela primeira vez ao terceiro lugar e em novembro de 2016 deixam de fazer parte das três instituições com maior confiança dos portugueses, ficando em quarto lugar. A Polícia com o passar dos anos ganhou a confiança dos portugueses, tendo inclusive sido a instituição com maior confiança na última sondagem, realizada em novembro de 2016. Já os partidos políticos são a instituição que, em todas as sondagens, ocupa o último lugar da confiança dos portugueses sempre com valores negativos³², obtendo o valor mais baixo em novembro de 2014 (10,4%) e o mais alto em outubro de 2001 (22,0%).

Tabela n.º 3 - Instituições nacionais em que os portugueses mais confiam (2000-2016)

Instituições em que os portugueses mais confiam	1^a	2^a	3^a
novembro 2000	FFAA	Igreja	TV
abril 2001	TV	FFAA	Igreja
outubro 2001	TV	FFAA	Igreja
março 2002	TV	FFAA	Rádio
março 2003	FFAA	TV	Rádio
outubro 2003	FFAA	Rádio	TV
fevereiro 2004	FFAA	TV	Rádio
outubro 2004	FFAA	Rádio	TV
outubro 2005	Rádio	FFAA	TV
setembro 2006	FFAA	TV	Rádio
setembro 2007	FFAA	Polícia	TV
março 2008	FFAA	TV	Rádio
outubro 2009	Rádio	FFAA	TV
novembro 2010	TV	FFAA	Rádio
novembro 2014	Polícia	FFAA	Rádio
maio 2015	TV	Rádio	FFAA
maio 2016	Polícia	FFAA	Justiça
novembro 2016	Polícia	TV	Rádio

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

³² Valores abaixo dos 50,0%, ou seja, menos de metade dos entrevistados confiam nos Partidos Políticos

O panorama da confiança dos portugueses nas instituições caracteriza-se pela falta de confiança constante nos partidos políticos e outras instituições relacionadas com a política, como é o caso do Governo e da Assembleia da República (AR)³³. Além disto, é de salientar os lugares cimeiros, relativamente constantes, ocupados pelos meios de comunicação social, TV e rádio, e pelas FFAA.

Como vimos no capítulo 2, Maria Carrilho realiza um inquérito onde também inclui a questão da confiança em 1992, iremos agora comparar os seus resultados com os que obtivemos, na tabela n.º4 que apresenta os dados desse mesmo inquérito.

Tabela n.º 4 - Confiança dos portugueses nas instituições em 1992

Instituições	Continente	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira	Portugal
Governo	42,7%	42,1%	52,0%	43,4%
Sindicato a que pertence	9,5%	9,7%	8,0%	9,4%
Partido em que votou	18,8%	31,7%	28,0%	21,0%
Igreja católica	28,7%	47,6%	55,0%	33,0%
Associação patronal	6,3%	9,0%	6,05	6,6%
Forças Armadas Portuguesas	32,3%	16,6%	36,0%	30,8%
Presidente da República	40,5%	48,3%	36,0%	41,1%
Tribunais	36,7%	49,0%	38,0%	38,2%
Assembleia da República	22,2%	33,1%	21,0%	23,4%
Nenhuma merece confiança	1,7%	-	1,0%	1,5%
Não Sabem / NR	14,5%	4,1%	3,0%	12,4%
Total Entrevistas	1000	145	100	1245

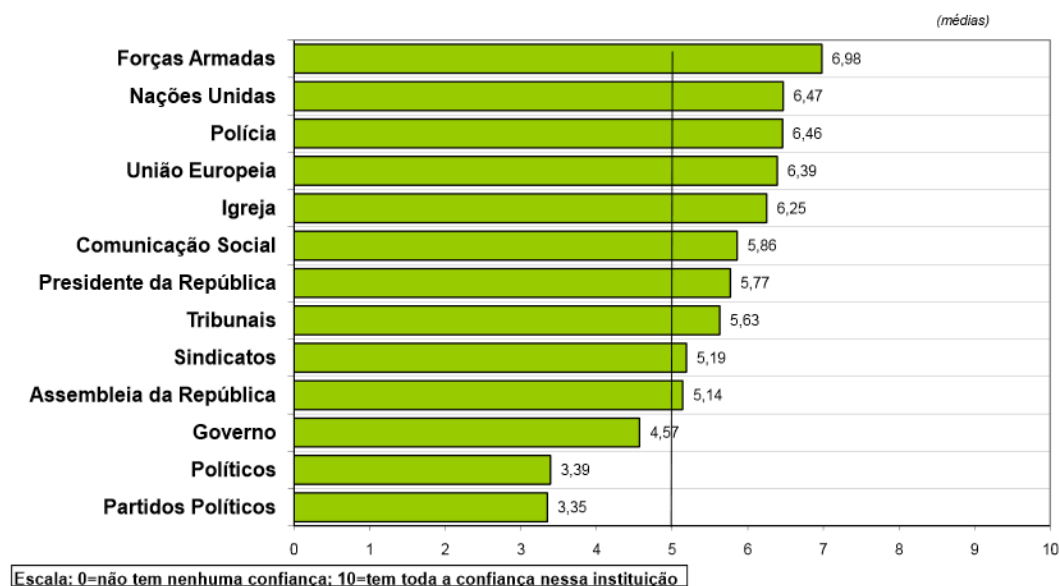
Fonte: (Carrilho, 1992) (Elaboração própria)

³³ Ver Apêndice E

Analisando a tabela n.º 4, podemos constatar que em 1992 quem merecia a maior confiança dos portugueses era o Governo (43,3%) seguido do PR (41,1%), dos Tribunais (38,2%) e da Igreja católica (33,0%), as FFAA aparecem apenas em quinto lugar com 30,8%.

Ao contrário do que nos anos mais recentes se verifica, em 1992 o Governo e a Justiça eram as instituições em que os portugueses mais confiavam, e as FFAA não ocupavam um lugar de destaque relativamente às restantes, o que nos indica que as FFAA entre 1992 e 2000 tiveram um grande aumento da confiança por parte dos portugueses; já o Governo e a Justiça perdem parte da confiança que lhes havia sido depositada.

Observando ainda os resultados obtidos por Carreiras (2009), através da figura n.º 6, verificamos que existem algumas diferenças, não significativas, no entanto, ao contrário dos resultados obtidos através do Eurobarómetro no mesmo ano, mas em semestres diferentes, o inquérito de 2009 resulta na atribuição de maior confiança dos portugueses às FFAA.



* Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem em cada uma das instituições que lhe vou ler.

Figura n.º 6 - Confiança dos portugueses nas instituições em 2009

Fonte: (Carreiras, 2009)

Ainda com os resultados obtidos por Finuras (2014), constantes na figura n.º 7, podemos ver que era atribuído, mais uma vez, às FFAA o primeiro lugar no índice de confiança nacional com 4,60, numa escala de 1 a 6.

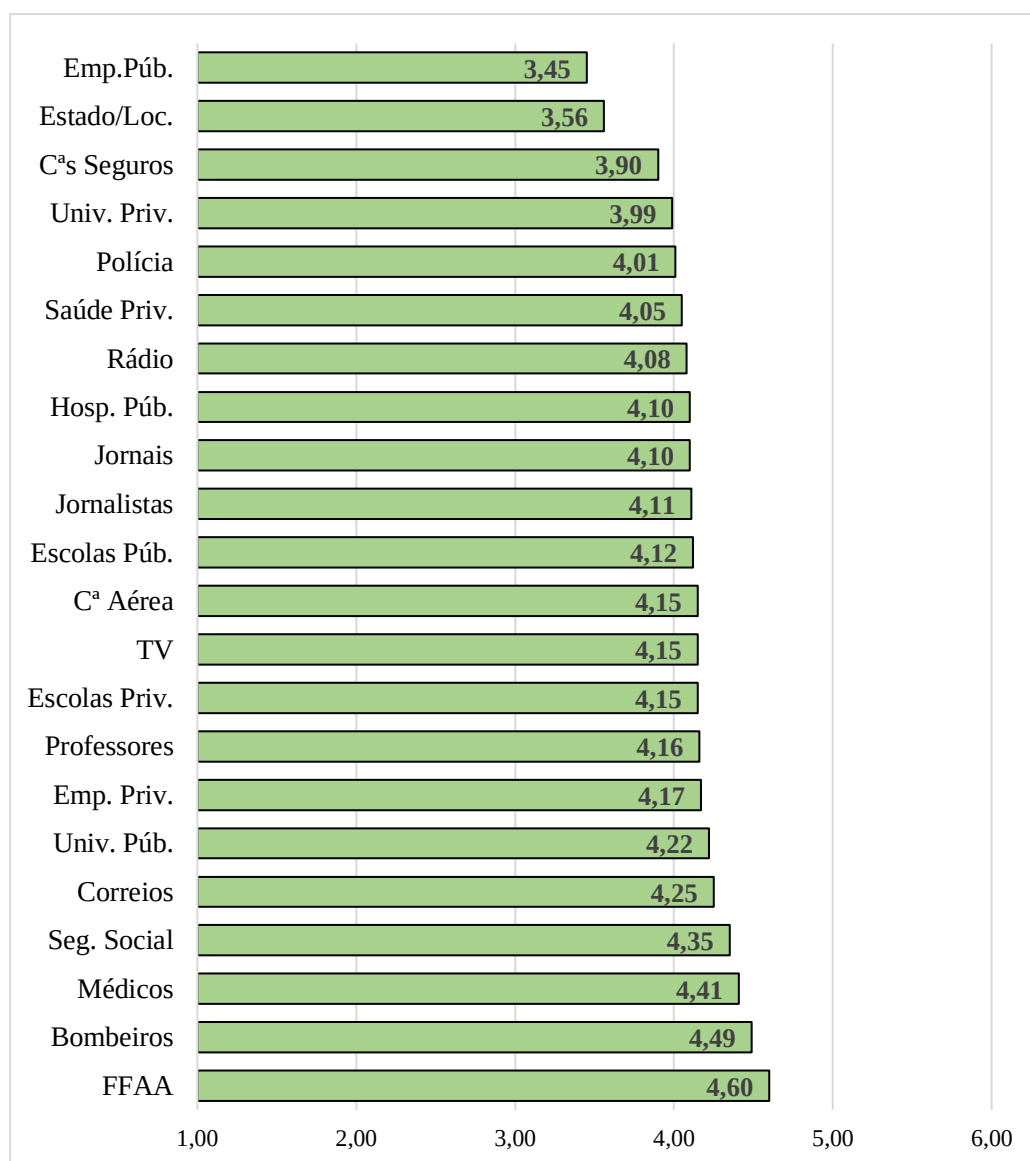


Figura n.º 7 - Confiança dos portugueses nas instituições em 2011

Fonte: (Finuras, 2014, p. 126)

Percebemos que a confiança dos portugueses nas instituições não é unívoca nem constante, com algumas instituições a merecerem uma confiança elevada, ao passo que outras nem tanto, com algumas a ocuparem posições constantes e, outras, a ganharem ou perderem confiança. A confiança dos portugueses nas instituições está, portanto, dependente de cada instituição, não se podendo afirmar que existe uma confiança homogénea na generalidade das instituições.

4.2 A confiança nas FFAA

Verificou-se anteriormente que a confiança dos portugueses nas FFAA, relativamente às demais instituições nacionais, é elevada, encontrando-se muitas vezes no topo do índice de confiança nacional. No entanto, importa tentar perceber a evolução desta confiança ou a falta dela. É neste âmbito, e para aprofundar a análise, que se apresenta a figura n.º 8, por forma a possibilitar uma perceção geral da confiança nas FFAA, incluindo agora os que tendem a não confiar nela.

Analisando a figura n.º 8, é notória a diminuição da confiança dos portugueses nas FFAA desde o ano de 2000, onde teve o maior valor (78,0%). Embora a confiança desça e suba, sondagem após sondagem, no geral vai diminuindo sempre, relativamente aos valores anteriores, até setembro de 2007. A maior queda neste período (-8,7%) ocorre no ano de 2003 entre março e outubro, onde os que não confiam nas FFAA representam 23,8%, mais 6,6% que em março. No entanto, este valor por si só não perfaz a diferença obtida de 8,7%, o que nos indica que houve um aumento dos entrevistados que responderam não saber se confiam, para o comprovar temos o gráfico presente na figura n.º 9 que nos dá a relação entre os entrevistados que respondem “não sei” e os que não confiam nas FFAA, e que veremos à frente. Entre março de 2008 e novembro de 2010 a confiança desce de 71,8% para 60,8% (-11,0%) e aumentam o número de entrevistados que não confiam (+12,1%) atingindo o maior valor de todos os anos (31,1%).

Analisando a figura n.º 9 podemos verificar que entre novembro de 2000 e outubro de 2003, quando se verifica um menor número de entrevistados a não saber se confiam nas FFAA, também se verifica um maior número de entrevistados que confiam, ficamos com a perceção de que os que não sabiam se confiavam numa sondagem, passam a confiar na seguinte, o que não é linear, uma vez que a confiança é afetada por muito fatores e nem sempre o decréscimo dos que não sabem significa o acréscimo dos que confiam, como em

novembro de 2010, em que o número dos que não sabem desce 2,0% e a confiança desce 11,0%, como vimos anteriormente.

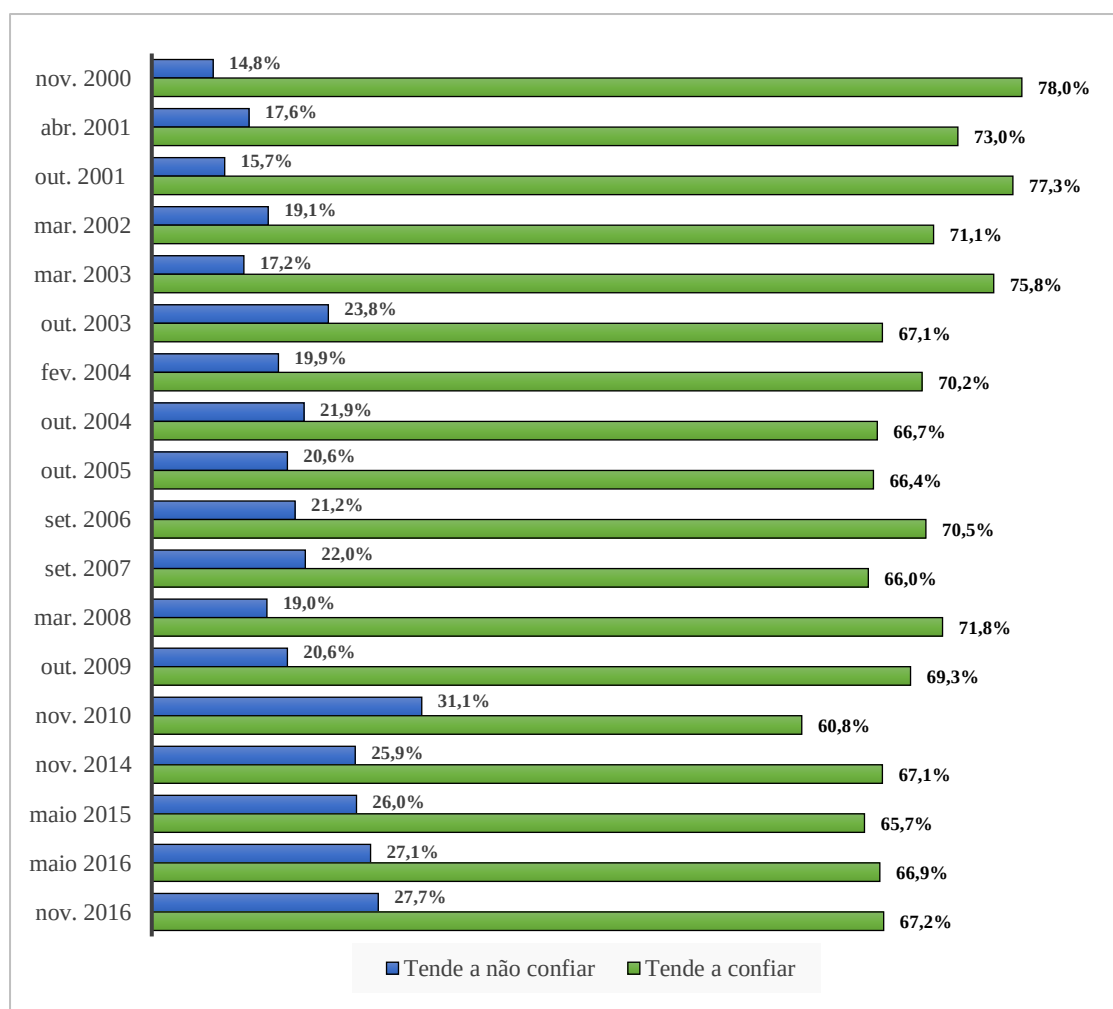


Figura n.º 8 - Confiança dos portugueses nas FFAA (2000-2016)

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

Já o decréscimo na confiança em outubro de 2003 parece relacionar-se com o número de entrevistados que não sabem, uma vez que aumentam 2,1% e a confiança desce, como também vimos na figura n.º 8. Isto pode justificar, em parte, a queda tão acentuada em

outubro de 2003, aliado a outros fatores que, certamente, também tiveram influência no seu decréscimo. Pode-se ainda concluir, através da figura n.º 8 e n.º 9, que 2010 foi o ano em que os portugueses menos confiaram nas FFAA, e foi também um dos anos em que menos não sabiam se confiavam, este é, portanto, um valor ao qual importa tentar encontrar alguma explicação para a falta de confiança nas FFAA.

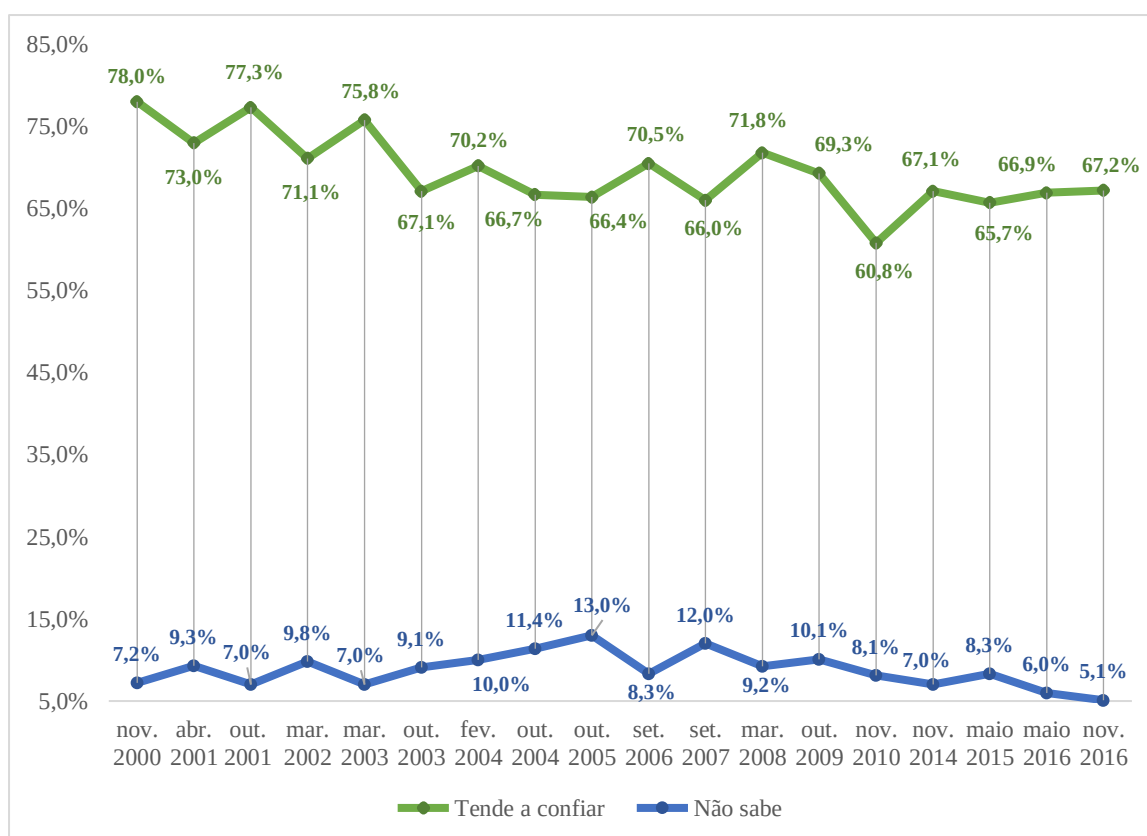


Figura n.º 9 - Tendência dos portugueses a confiar nas FFAA e a não saber se confiavam

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

Como já foi visto anteriormente, a confiança dos portugueses nas FFAA começa a cair algures entre março de 2008 e outubro de 2009, e atinge o seu mínimo em novembro de

2010, este intervalo temporal coincide com a crise económica e financeira internacional³⁴, com especial impacto em Portugal, e poderá estar relacionada com este decréscimo. Assim, começa-se por analisar a confiança nas restantes instituições, assumindo-se, como hipótese, que se este decréscimo na confiança se relacionar com fatores externos às FFAA, como a crise, então, em princípio, afetará também as restantes instituições.

Ao analisar-se o Apêndice E (tabela n.º 8), que apresenta os valores da confiança em todas as instituições entre 2000 e 2016, constata-se que de outubro de 2009 para novembro de 2010, em todas as instituições houve uma diminuição da confiança dos portugueses entre -13,7% (AR) e -3,5% (Imprensa escrita), sendo que a média foi de -8,4%. Com isto, se pode pensar que o motivo para a diminuição da confiança se associe a fatores externos às FFAA, como a crise anteriormente mencionada. Não é de todo evidente que uma crise económica e financeira tenha um impacto direto na confiança dos cidadãos relativamente às FFAA. Porém, é de admitir que a crise e todas as consequências dela provenientes possam causar insatisfação e pessimismo da população, bem como baixar as expectativas quanto ao futuro, o que levaria também a uma perda de confiança de forma generalizada.

No intuito de explorar essa pista analítica, a figura n.º 10 apresenta os dados referentes ao número de portugueses que, satisfeitos ou insatisfeitos com a sua vida no geral³⁵, confiam nas FFAA, onde se verifica que os entrevistados que estão insatisfeitos com a sua vida confiam menos nas FFAA, comparativamente aos que se encontram satisfeitos.

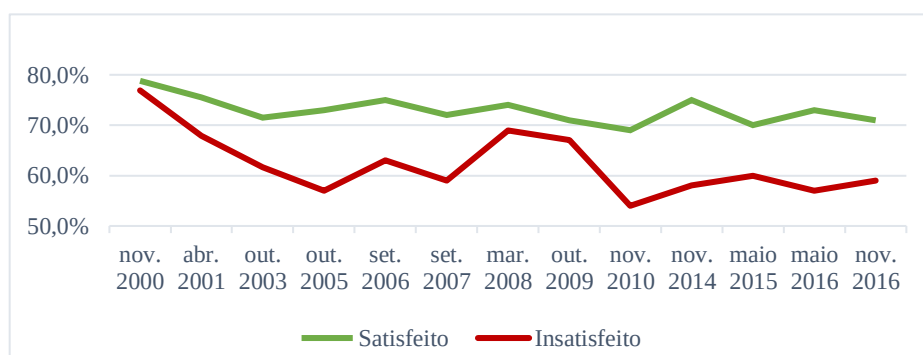


Figura n.º 10 - Tendência dos portugueses a confiar nas FFAA por satisfação com a sua vida

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

³⁴ Originada em finais de 2007 nos EUA após a falência de vários bancos, como o Lehman Brothers (Farhi, Prates, Freitas, & Cintra, 2009), começou a fazer-se sentir em Portugal em 2008.

³⁵ Pergunta realizada da seguinte forma: “No geral, está satisfeito ou insatisfeito com a sua vida?”

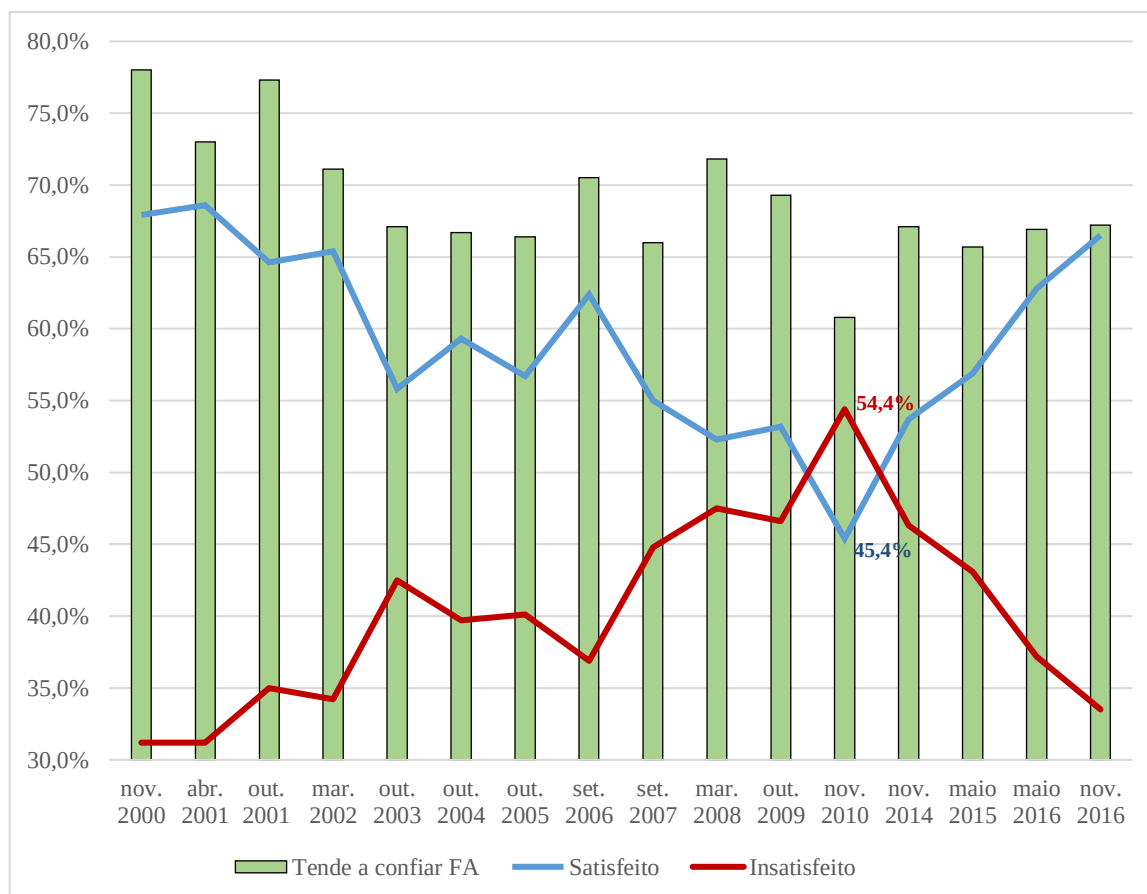


Figura n.º 11 - Confiança dos portugueses nas FFAA e satisfação com a sua vida

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

O gráfico da figura n.º 11 expõe os dados respeitantes à satisfação geral dos portugueses com a sua vida e à confiança dos portugueses nas FFAA.

Analisando-o, podemos verificar que existe uma relação constante entre a satisfação dos portugueses com a sua vida e a confiança nas FFAA, quando o nível de satisfação com a vida diminui, em geral, a confiança nas instituições também diminui. Em novembro de 2010, o ano com o maior decréscimo da confiança nas FFAA e aumento do número dos que

não confiam, é também o único ano em que se verifica que a maior parte dos portugueses estão insatisfeitos com a vida que levam.

Pode-se então concluir que a confiança dos portugueses nas FFAA tem uma correlação positiva com a satisfação positiva dos portugueses quanto à sua vida, verificando-se estatisticamente através do coeficiente de correlação linear³⁶ entre as duas variáveis ($r=0,66$)³⁷.

Anteriormente, no capítulo 1, viu-se que a expectativa se encontra relacionada com a confiança e é um dos fatores que possibilitam a existência da mesma, se a expectativa baixar será mais difícil confiar. Uma vez identificada a correlação entre a satisfação com a vida e a confiança nas FFAA, veremos, agora, se a expectativa de melhoria de vida dos portugueses também se relaciona.

A figura n.º 12 representa a expectativa que os portugueses têm de que a sua vida melhore³⁸ e a sua confiança nas FFAA, nas sondagens em que ambas as questões se incluíram. Verificamos que a expectativa de que a vida melhore se relaciona de modo geral, com a confiança, e que apresenta valores baixos, tendo o valor mais alto sido atingindo em novembro de 2000 (28,7%), ano de maior confiança nas FFAA, e o valor mais baixo em novembro de 2010 (8,6%), ano de menor confiança nas FFAA. De resto, os valores são minimamente coerentes ao longo das sondagens.

A correlação entre a expectativa dos portugueses de que a sua vida melhor no próximo ano e a confiança nas FFAA é provada através da figura n.º 17 constante do Apêndice G, onde o coeficiente de correlação nos indica que têm uma correlação positiva ($r=0,62$)

Após analisadas as figuras n.º 10, 11 e 12, conclui-se que os resultados com que nos deparámos na sondagem de novembro de 2010, são em grande parte resultado de um decréscimo da satisfação dos portugueses com a sua vida que, consequentemente, se reflete na falta de expectativas de que a vida melhore, que leva a que a confiança dos portugueses nas instituições seja afetada e que acaba por se refletir no número mais baixo obtido em 2010.

³⁶ “No limite, isto é, se a correlação for “perfeita” o coeficiente de correlação será igual a 1, quanto mais perto do 1 ou -1, maior a correlação, positiva ou negativa” (Á. Sousa, n.d., p. 7)

³⁷ Ver Apêndice F

³⁸ Pergunta realizada da seguinte forma: “Quais são as suas expectativas para os próximos doze meses: serão melhores, piores ou iguais no que toca à sua vida no geral?”

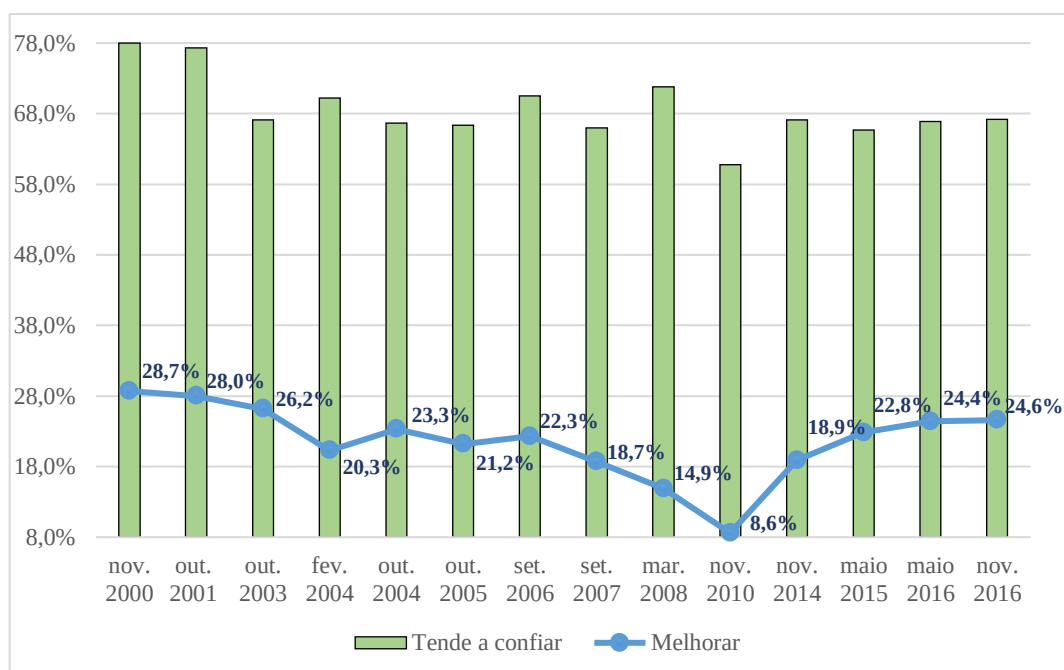


Figura n.º 12 - Expectativa dos portugueses de que a sua vida melhore no próximo ano e confiança nas FFAA (2000-2016)

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

4.2.1 Variáveis que afetam a confiança dos portugueses nas FFAA

Irão ser estudadas algumas variáveis tendo em vista perceber até que ponto elas se correlacionam ou não com a confiança dos portugueses nas FFAA, sendo elas: o género, a faixa etária, a idade em que deixam de estudar e a região onde residem.

4.2.1.1 Género

O gráfico que consta na figura n.º 13 contém os valores da confiança dos portugueses nas FFAA por género, masculino e feminino. Analisando-o, verifica-se que o género masculino confia mais nas FFAA do que o feminino, uma vez que em todas as sondagens

realizadas, à exceção da realizada em março de 2002, onde ficam os dois géneros com percentagens idênticas (70,8% e 71,3%), o masculino encontra-se sempre com valores percentuais superiores, ocorrendo a maior diferença (9,0%) na última sondagem em novembro de 2016 e a menor em outubro de 2004 (1,0%). Portanto, o género afeta o nível de confiança dos portugueses nas FFAA, destacando-se a maior confiança por parte do género masculino. Este facto é confirmado pela figura n.º 18, no Apêndice H, sendo que a correlação entre o sexo feminino e a confiança nas FFAA obtém uma correlação forte positiva ($r=0,97$), quase perfeita.

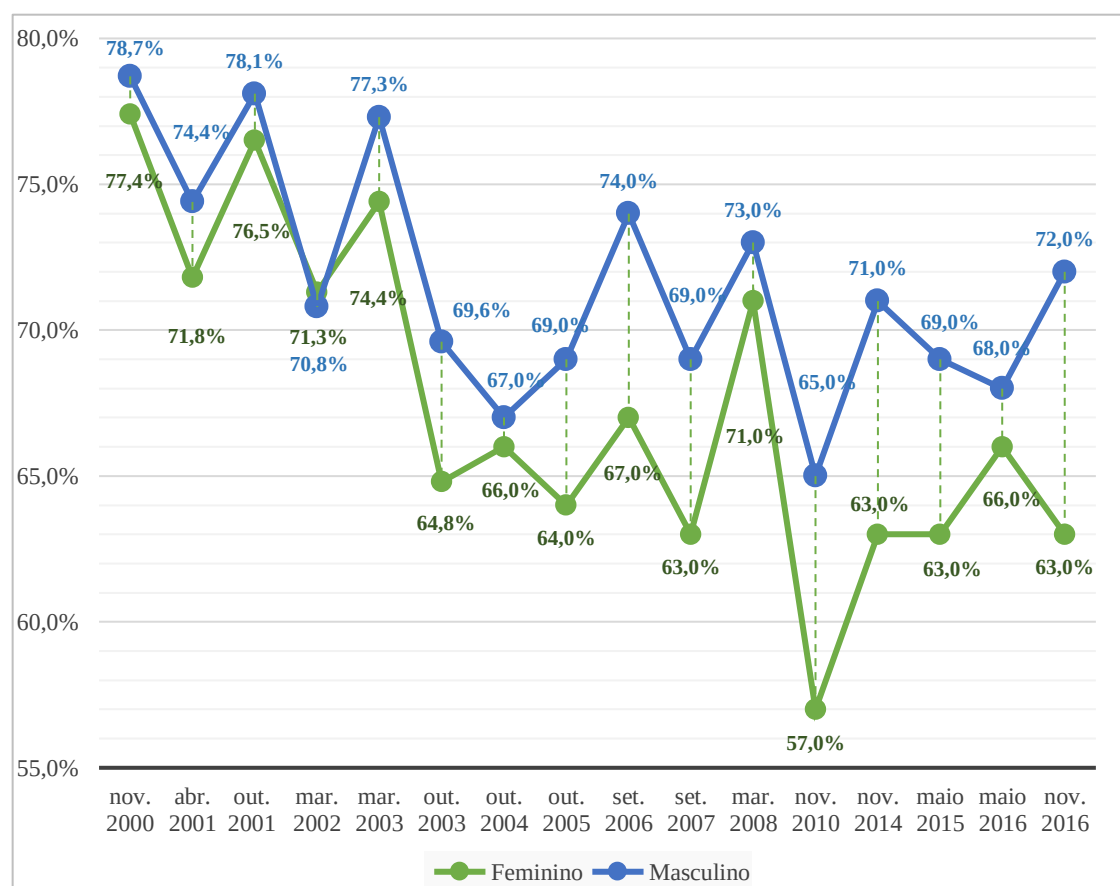


Figura n.º 13 - Confiança dos portugueses nas FFAA por sexo (2000-2016)

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

4.2.1.2 Idade

Verificada a relação entre a confiança nas FFAA e o género, iremos agora estudar a possível relação com idade dos entrevistados, através de quatro faixas etárias: dos 15 aos 24 anos, dos 25 aos 39, dos 40 aos 54 e dos 55 anos para cima. Os dados constam na tabela n.º 5, que a seguir se apresenta, onde os maiores valores se encontram realçados para facilitar a análise da mesma.

Tabela n.º 5 - Confiança dos portugueses nas FFAA por faixa etária (2000-2016)

Idade	15 - 24	25 - 39	40 - 54	55 +
novembro 2000	72,0%	83,1%	80,3%	75,6%
abril 2001	71,1%	71,7%	74,9%	74,0%
outubro 2001	79,0%	75,3%	79,5%	76,0%
março 2002	71,6%	68,5%	75,0%	71,0%
março 2003	76,4%	72,5%	76,1%	77,9%
outubro 2003	67,8%	62,3%	65,2%	72,1%
outubro 2004	56,1%	68,2%	57,8%	71,3%
outubro 2005	74,6%	69,3%	64,3%	60,8%
setembro 2006	70,1%	71,3%	76,3%	65,4%
setembro 2007	75,6%	65,1%	67,9%	60,9%
março 2008	75,6%	75,1%	69,3%	69,3%
outubro 2009	75,1%	71,0%	69,1%	64,9%
novembro 2010	62,6%	63,5%	60,7%	58,0%
novembro 2014	76,0%	69,2%	61,2%	67,0%
maio 2015	71,8%	69,0%	63,8%	62,9%
maio 2016	76,8%	62,7%	66,4%	66,8%
novembro 2016	72,0%	69,9%	67,2%	64,0%

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

De acordo com a tabela n.º 5, constata-se que no período decorrente entre abril de 2001 e outubro de 2004 e ainda em setembro de 2006, as faixas etárias que mostraram confiar mais nas FFAA, mais vezes, são as de idade igual ou superior a 40 anos, enquanto nos restantes anos é a faixa etária dos 15 aos 24 anos que mais confia nas FFAA, à exceção de duas sondagens (novembro de 2000 e 2010). A maior diferença entre a faixa etária que mais confia e que menos confiança verifica-se em outubro de 2004 (-15,2%) e a menor em abril de 2001 (-3,8%). O período que obteve uma confiança mais homogénea decorreu entre abril de 2001 e outubro de 2003, com diferenças entre 3,8% e 9,8%.

Pode-se concluir com a análise desta tabela que os portugueses que mais confiam nas FFAA, nos anos mais recentes, têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, seguindo-se os com idades entre 25 e 39 anos, o que nos permite afirmar que a faixa etária afeta o nível de confiança demonstrado pelos portugueses, apesar de haver alterações com o decorrer dos anos. O mesmo é provado através da figura n.º 19, no Apêndice I, onde se verifica uma correlação moderada positiva para a faixa etária dos 15 aos 24 anos ($r=0,59$), e é fraca positiva para a faixa etária dos 25 aos 39 anos ($r=0,26$), as restantes apresentam uma correlação fraca negativa ($r=-0,26$ e $r=-0,45$).

4.2.1.3 Nível de escolaridade

De seguida apresenta-se a tabela n.º 6 que explana os valores de confiança nas FFAA por cada nível de escolaridade, referentes à população que deixou de estudar até aos 15 anos, entre os 16 e os 19 anos e com 20 anos ou mais. Pode observar-se que no período de novembro de 2000 a outubro de 2003 quem mais confia nas FFAA são os portugueses que deixaram de estudar antes dos 20 anos. No entanto, a partir de outubro de 2004 e até 2016 quem mais confia nas FFAA são os portugueses que deixam de estudar mais tarde, havendo apenas uma vez, sondagem de setembro de 2007, em que tal não se verifica. A diferença obtida entre os dois níveis de escolaridade que mais confiam, neste período, é de no mínimo 1,1% em maio de 2015 e no máximo de 10,9% em outubro de 2009.

É de realçar a evolução ao longo dos anos, nos primeiros quem tinha menos instrução era quem confiava mais nas FFAA, enquanto nos anos mais recentes, a tendência inverteu-se sendo, desde 2004 e até aos dias de hoje, os mais instruídos que mais confiam nas FFAA.

No entanto, e através do coeficiente de correlação³⁹, quem deixa de estudar até aos 15 anos apresenta uma maior correlação, moderada positiva, com a confiança nas FFAA ($r=0,55$), enquanto os restantes apresentam uma correlação fraca negativa ($r=-0,40$ e $r=-0,42$).

Tabela n.º 6 - Confiança dos portugueses nas FFAA por nível de escolaridade (2000-2016)

Idade com que deixou de estudar	até 15	16 - 19	20 +
novembro 2000	78,0%	81,3%	79,6%
abril 2001	73,7%	70,8%	68,5%
outubro 2001	76,4%	76,8%	81,4%
março 2002	69,3%	77,8%	64,4%
março 2003	75,5%	77,6%	71,8%
outubro 2003	67,6%	67,5%	58,5%
outubro 2004	66,5%	63,6%	66,9%
outubro 2005	66,5%	63,6%	66,9%
setembro 2006	70,6%	70,6%	73,8%
setembro 2007	63,5%	71,1%	68,6%
março 2008	68,8%	76,1%	79,2%
outubro 2009	68,0%	65,3%	78,9%
novembro 2010	59,9%	62,2%	63,8%
novembro 2014	67,1%	64,4%	68,7%
maio 2015	61,1%	68,8%	69,9%
maio 2016	63,6%	67,8%	69,3%
novembro 2016	62,6%	67,5%	70,5%

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

³⁹ Figura n.º 20, Apêndice J

4.2.1.4 Região

Por último apresenta-se a figura n.º 14 respeitante à confiança nas FFAA nas várias regiões administrativas de Portugal continental nos anos de 2005, 2010 e 2016 (novembro), sendo que os dados referentes a todos os anos da sondagem se encontram na tabela n.º 9 no Apêndice K.

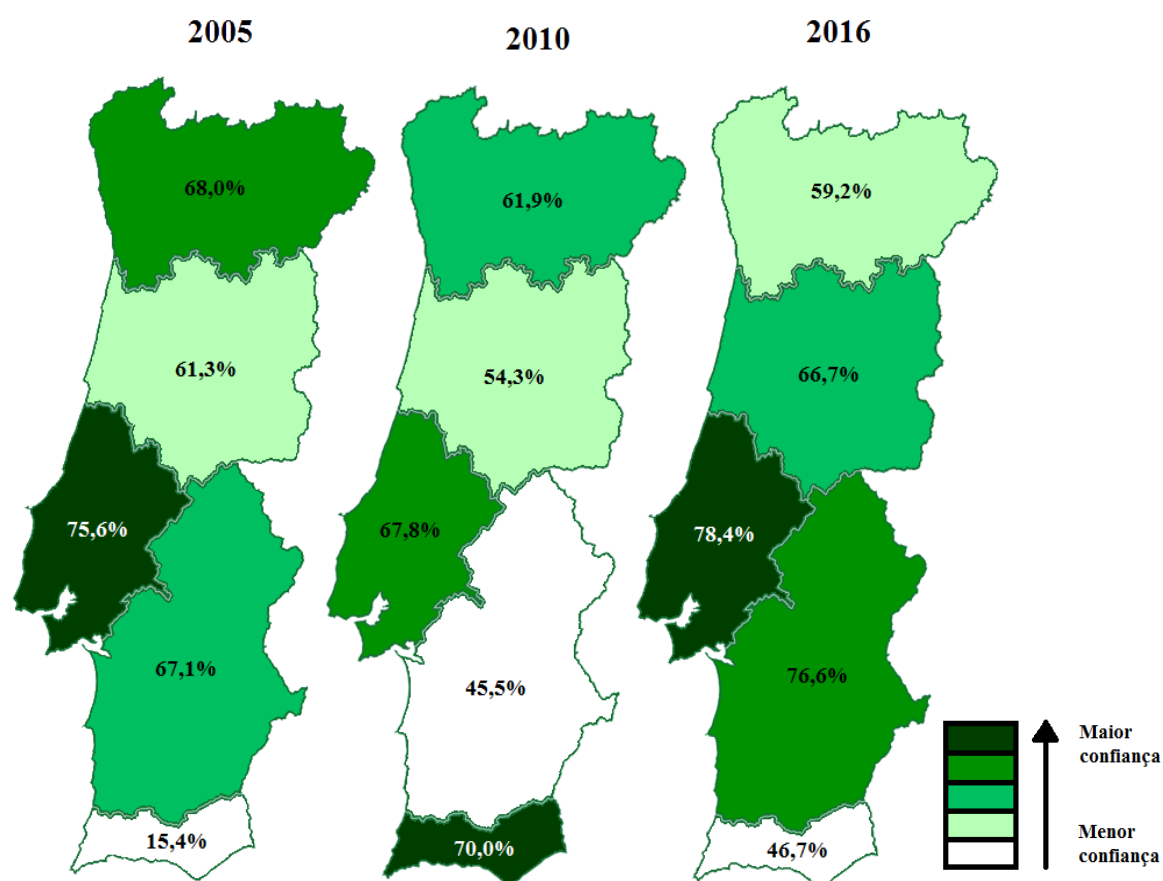


Figura n.º 13 - Confiança dos portugueses nas FFAA por regiões (2005, 2010 e 2016)

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

Analisando a figura n.º 14 verificamos que espacialmente a confiança dos portugueses nas FFAA não é regular, uma vez que ao longo dos anos, as regiões com maior ou menor confiança se alteram. No entanto, e através dos dados constantes da tabela n.º 9 do Apêndice K, podem-se realçar duas regiões. A primeira é o Alentejo, região que mais vezes obtém a maior percentagem de habitantes que confiam nas FFAA⁴⁰ e, quando realizada a média aritmética das várias sondagens, é a região que obtém a maior percentagem entre as restantes (73,0%). No entanto, não é a que apresenta um maior coeficiente de correlação como veremos a seguir. A segunda é o Algarve, região que obtém mais vezes a menor percentagem de habitantes que confiam nas FFAA⁴¹. É ainda a única que obtém valores abaixo de 50,0%, em março de 2002 e de 2003 (46,1% e 46,3%, respetivamente), outubro de 2004 (15,4%) e maio de 2016 (46,7%), tendo a média mais baixa das regiões (64,6%). Porém, é por três vezes a região onde mais confiam nas FFAA, havendo até sondagens em que todos os inquiridos mostram tendência para confiar. Não dispondo nesta investigação de elementos que permitam aprofundar tais discrepâncias, é de salientar que na entrevista exploratória a Helena Carreiras (Apêndice C), a própria mencionou que também no inquérito que dirigiu em 2009, o Algarve tinha um padrão um pouco diferente do resto do país.

Após esta análise e através da figura n.º 21, constante do Apêndice L, conclui-se que as regiões que apresentam uma correlação moderada positiva com a confiança nas FFAA são o Norte, o Centro e o Alentejo ($r=0,70$, $r=0,71$ e $r=0,66$, respetivamente). Lisboa e Vale do Tejo e o Algarve apresentam uma correlação fraca positiva ($r=0,43$ e $r=0,24$, respetivamente).

4.3 Média europeia

Estudada a confiança dos portugueses nas FFAA e as variáveis que mais a afetam a nível nacional, importa agora perceber qual a posição de Portugal relativamente à média europeia da confiança nas FFAA, de modo a identificar semelhanças e diferenças.

A figura n.º 15 apresenta os valores da confiança dos portugueses nas FFAA e a média da confiança nas FFAA nos restantes países da UE. Pode-se verificar que até fevereiro de 2004 os portugueses confiavam mais nas FFAA do que os países europeus, em média,

⁴⁰ Nomeadamente de novembro de 2000 a outubro de 2001, em setembro de 2006, março de 2008 e maio de 2015.

⁴¹ Nomeadamente em março de 2002, março de 2003, outubro de 2004, outubro de 2005, novembro de 2010, novembro de 2014 e maio de 2016.

obtendo uma diferença entre 2,9% (outubro de 2003) e 9,8 % (abril de 2001), no entanto a partir de outubro de 2004 a confiança média dos países europeus aumenta e passa a ter, no geral, uma percentagem superior à de Portugal, embora em novembro de 2009 Portugal apresente maior confiança do que a média europeia (+5,3%) sendo que a partir desta sondagem Portugal fica constantemente abaixo da média europeia atingindo uma diferença de 8,8% em 2010 e, na última sondagem, novembro de 2016, de 6,7%.

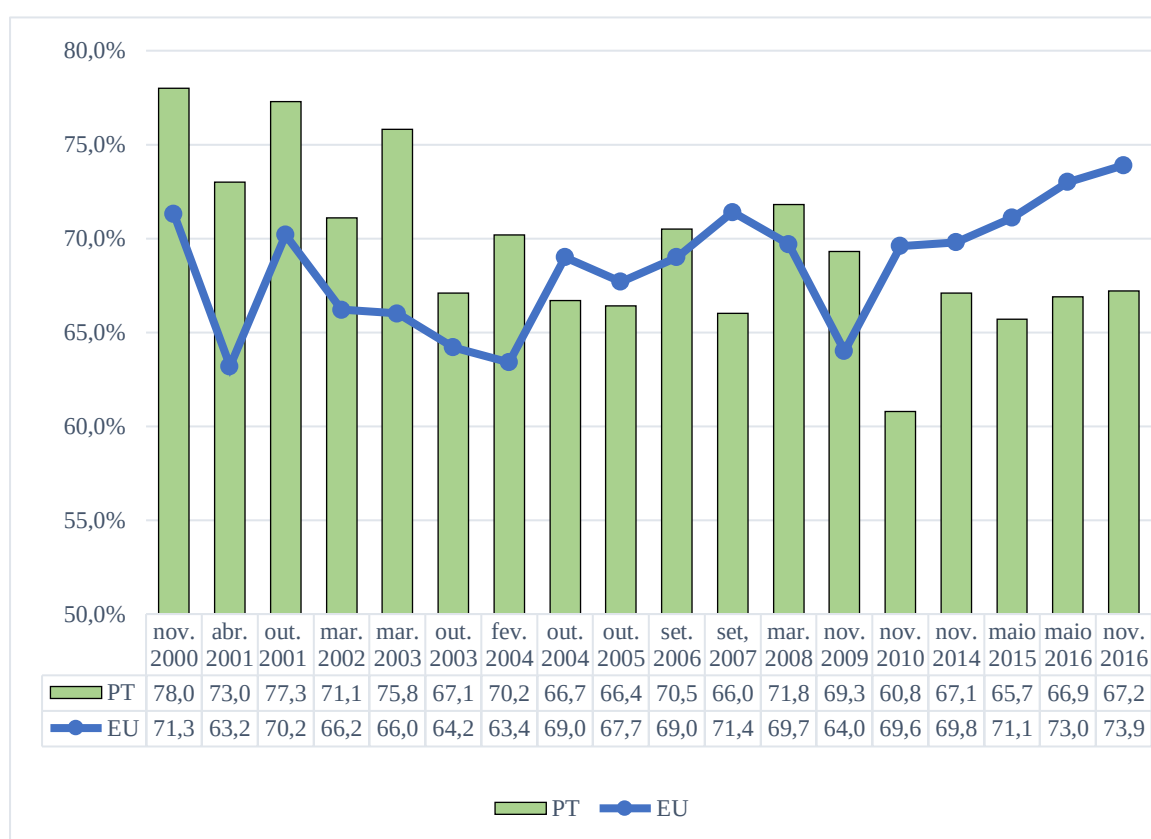


Figura n.º 14 - Confiança nas FFAA em Portugal e média na UE (2000-2016)

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

CONCLUSÕES

A realização do presente Trabalho de Investigação Aplicada teve como intuito responder à pergunta de partida: “Será que as FFAA portuguesas ocupam um lugar de destaque nos índices de confiança?” No último capítulo apresentaram-se e discutiram-se os dados recolhidos. Tratar-se-á agora de confrontar os resultados com as hipóteses de investigação e de responder às perguntas derivadas.

Assim, para responder às perguntas derivadas, iremos efetuar primeiramente a verificação das hipóteses levantadas confrontando-as com os resultados obtidos.

Relativamente à **HI1: “Os portugueses tendem a manifestar diferentes níveis de confiança consoante o tipo de instituições”**, considera-se totalmente verificada. Através da tabela n.º 8, podemos verificar que cada instituição tem um diferente nível de confiança e o mesmo pode-se alterar ao longo do tempo, como acontece em algumas instituições.

Quanto à **HI2: “As FFAA situam-se no topo dos índices de confiança nacional”**, considera-se parcialmente verificada uma vez que, apesar de ser a instituição que mais vezes se encontra no topo, não ocupa o lugar de forma constante.

Atendendo à **HI3: “As variáveis que mais afetam a confiança dos portugueses nas FFAA são a idade e o nível de escolaridade”**, considera-se parcialmente verificada, uma vez que as que mais afetam a confiança dos portugueses são a região e a idade.

Por último, quanto à **HI4: “Comparativamente, o nível de confiança dos portugueses nas FFAA é superior à média europeia”**, considera-se parcialmente verificada, uma vez que, em 10 das 18 sondagens analisadas, Portugal apresenta uma média superior à europeia.

Quanto às PDI, apresentam-se de seguida as respostas obtidas a partir da análise e discussão de resultados.

Relativamente à **PDI1: “Como se posicionam os portugueses quanto à confiança nas instituições?”**, os portugueses têm um nível de confiança diferente consoante cada instituição, sendo que atribuem uma elevada confiança às instituições de comunicação social, TV e rádio, às FFAA e, mais recentemente, à Polícia, enquanto que as instituições políticas são aquelas em que menos confiam. É de salientar que esta confiança não é constante em alguns casos, podendo assim afirmar-se que está dependente das instituições e da avaliação que os portugueses fazem da mesma e do seu desempenho.

No que concerne à **PDI2: “Qual o lugar que as FFAA ocupam nos índices de confiança nacional?”**, concluiu-se que as FFAA ocupam um lugar de destaque relativamente às restantes instituições, uma vez que é a instituição que no período estudado mais vezes ocupa o topo dos índices de confiança nacional, no entanto, desde 2009 que tal não acontece.

Decorrente do estudo da confiança dos portugueses nas FFAA, deparámo-nos com um decréscimo da confiança nas FFAA acentuado em 2003 e em 2010. Para o primeiro, analisámos a evolução da quantidade de respostas “não sabe” e chegámos à conclusão de que um dos fatores que poderá ter levado à diminuição da confiança é o aumento da percentagem destas respostas. Para o caso de 2010, após alguma reflexão e investigação, deparámo-nos com um cenário de aumento do pessimismo da população, representado pela diminuição da satisfação com a sua vida e diminuição da expectativa de que a sua vida melhorasse no próximo ano, o que resulta numa diminuição da confiança generalizada, sendo que se observa um decréscimo da mesma em todas as instituições, não sendo apenas nas FFAA.

Atendendo à **PDI3: “Quais as variáveis que mais afetam a confiança dos portugueses nas FFAA?”** Conclui-se que a variável que mais afeta a confiança nas FFAA é a região, onde o Norte, Centro e Alentejo apresentam uma correlação moderada positiva, seguida da idade, onde os mais jovens, dos 15 aos 24 anos, são os que mais confiam e apresentam uma correlação moderada positiva. É ainda de salientar que os mais velhos, mais de 39 anos, apresentam uma correlação negativa e, portanto, concluímos que são os que menos confiam. Quanto ao nível de escolaridade, são os que menos estudam, os que abandonam os estudos até aos 15 anos, que mais afetam positivamente a confiança nas FFAA, no entanto, podemos observar que essa relação tem vindo a diminuir com o decorrer dos anos e, portanto, a tendência, é para que os mais escolarizados confiem mais. O género

feminino confia, constantemente menos nas FFAA, chegando a ter diferenças percentuais na ordem dos 9,0%.

Por último, em relação à **PDI4: “Qual o lugar que as FFAA portuguesas ocupam nos índices de confiança relativamente à média europeia?”**, Verificou-se que relativamente à média europeia, Portugal, para o período estudado, se encontra acima da média, uma vez que em 18 sondagens esteve acima da média em 10. No entanto, mais uma vez se verifica que esta tendência se tem vindo a inverter desde 2010, passando Portugal a estar abaixo da média europeia, tendo tido uma diferença de 6,7% na última sondagem, em novembro de 2016.

Com a verificação das hipóteses e posterior resposta às perguntas derivadas, verificam-se as condições para que se responda à pergunta de partida: **“Será que as FFAA portuguesas ocupam um lugar de destaque nos índices de confiança?”**.

Com base na investigação realizada e nos resultados obtidos, podemos concluir que as FFAA ocupam um lugar de algum destaque nos índices de confiança, sendo uma das instituições em que os portugueses mais confiam ao longo dos tempos e, certamente, a mais consistente. No entanto, tendo este trabalho tido um período de observação compreendido entre 2000 e 2016, foi possível captar a evolução desta confiança e assim verificar que embora as FFAA ocupem um lugar de destaque, muito graças aos primeiros anos de observação, resulta evidente uma diminuição da confiança que os cidadãos depositam nas FFAA.

Após responder à pergunta de partida, alcançamos os objetivos inicialmente definidos.

A presente investigação teve, porém, algumas limitações que neste ponto vale a pena referir, sendo elas:

- A enorme dispersão de dados relativamente à confiança nas instituições, implicou um moroso trabalho de recolha, de organização e tratamento da informação;
- A variedade da formulação das perguntas acerca da confiança impediu que fossem feitas as devidas comparações entre diversos estudos;
- Pouca experiência no domínio estatístico, acabou por implicar que mais tempo fosse despendido para possuir o conhecimento necessário;

O estudo da confiança nas instituições é de grande importância para a perceção da avaliação que os cidadãos fazem das mesmas, e as FFAA não são exceção. Este trabalho

visou contribuir para o estudo desta temática, uma vez que, especificamente acerca da confiança nas FFAA, não existem muitos estudos e, ainda menos, que façam uma abordagem da evolução da mesma e, por isso, seria de grande importância continuar o seu estudo.

Assim sendo, na senda de investigações futuras, sugere-se o estudo do impacto que a confiança dos portugueses nas FFAA tem no seu processo de recrutamento, bem como o estudo dos vários resultados obtidos, associados a cada formulação diferente da questão da confiança nas instituições, na tentativa de encontrar a que mais se adequa às FFAA e tentar implementá-la nos estudos que se seguirem.

BIBLIOGRAFIA

- (s/a). (1957). *Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia*. Acedido a 20 de março de 2017 em <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000037605/documento/0001>
- Academia Militar [AM] – Direção de Ensino (2016). Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1ª de 20 de janeiro. Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).
- Assembleia Constituinte. (2005). Constituição da República Portuguesa [CRP]. VII Revisão Constitucional. Acedido a 20 de março de 2017 em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>
- Assembleia da República [AR] (2009). Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de julho: Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas. *Diário da República*, 1ª série, n.º 129, 4344-(2) - 4344(9)
- Barbalet, J. (2006). *Trust and its Consequences* (13). Canterbury. Retrieved from [https://www.kent.ac.uk/scarr/publications/Barbalet Wk Paper\(2\) 13.pdf](https://www.kent.ac.uk/scarr/publications/Barbalet%20Wk%20Paper(2)%2013.pdf)
- Barrento, A. E. Q. (2013). A Democracia e as Forças Armadas. *Revista Militar*, (2537/2538), 559–564.
- Begonha, R. (1993). A informação, as relações públicas, as forças armadas e a sociedade portuguesa. *Nação E Defesa*, (68), 104–169. Acedido a 10 de março de 2017 em <http://hdl.handle.net/10400.26/1657>
- Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Carreiras, H. (2009). *Inquérito à população portuguesa sobre defesa e forças armadas: Resultados globais*. Lisboa.
- Carrilho, M. (1985). *Forças Armadas em tempo de mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

- Carrilho, M. (1992). *A Nação e as Questões de Segurança e Defesa - Inquérito à Opinião Pública. Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Carrilho, M. (1993). *A Nação e as Questões de Segurança e Defesa - Segundo Inquérito à Opinião Pública. Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Carrilho, M. (1994a). *A Nação e as Questões de Segurança e Defesa - Inquérito à Opinião Pública. Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Carrilho, M. (1994b). *Democracia e Defesa: sociedade, política e forças armadas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Carrilho, M. (1995). *Defesa e segurança na opinião pública portuguesa*. Venda Nova: Instituto da Defesa Nacional.
- Costa, M. V. B. da. (1984). Forças Armadas e sociologia. *Nação E Defesa*, Ano IX(31), 120–137. Acedido a 19 de março de 2017 em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD31.pdf>
- Couto, A. C. (2012). Forças Armadas, Sociedade e Cidadania. *Revista Militar*, (12), 1177–1186.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA]. (2007). *Forças Armadas portuguesas* (1st ed.). Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- European Comission. (2000-2016). Base de dados do Eurobarómetro in *European Comission: Pulic Opinion*. Acedido a 15 de março em <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/index#p=1&instruments=STANDARD>
- European Comission. (1984). Report 22. *Eurobarometer: Public Opinion in the European Union*, (22). Acedido a 15 de março de 2017 em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb22/eb22_en.pdf
- European Comission. (2001). Report 54. *Eurobarometer: Public Opinion in the European Union*. Acedido a 15 de março de 2017 em <http://ec.europa.eu/COMFrontOffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/62941>
- European Comission (2016). Standard Eurobarometer 86. In *European Union Open Data Portal*. Acedido a 15 de março de 2017 em http://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2137_86_2_STD86_ENG
- European Values Study [EVS] (2015). *European Values Study Longitudinal Data File 1981-2008 (EVS 1981-2008)*. GESIS Data Archive, Cologne. ZA4804 Data file Version 3.0.0, [doi:10.4232/1.12253](https://doi.org/10.4232/1.12253)

- Farhi, M., Prates, D. M. C. P. de F., Freitas, M., & Cintra, M. A. M. (2009). A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. *Revista de Economia Política*, 29(1), 135–138. Acedido a 15 de abril de 2017 <http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>
- Ferreira, J. J. B. (2015). A importância constitucional dada ao vector da Defesa Nacional como pilar fundamental do Estado. *A Instituição Militar. Revista Militar*, (2556), 33–78.
- Ferreira, J., Marques, R., Graça, J., Lopes, J. & Gonçalves, B. (2012). A confiança no sistema político português. In J. M. C. Ferreira, *Sociedade de Confiança. A construção social da confiança em Portugal* (1ed, pp. 83-205). Lisboa: Clássica Editora.
- Figueiredo, C. (1913). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Acedido a 5 de março de 2017 em <http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>
- Finuras, P. (2013). *O Dilema da Confiança. Teorias, estudos e interpretações* (1st ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Finuras, P. (2014). *Em quem confiamos? - Valores Culturais e (Des)confiança nas Instituições*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, métodos e técnicas* (3ª Edição.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Fukuyama, F. (1995). *Confiança. Valores sociais & criação de prosperidade*. (C. L. Borges, Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Garcia, F. (2015). O instrumento militar e as Forças Armadas. *Revista Militar*, (2556), 17–32.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática* (4ª Edição). Oeiras: Celta editora.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity. Self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity Press.
- Haro, F. A., Serafim, J., Cabra, J., Faria, L., Roque, M. I., Ramos, M.,... Costa, R. (2016). *Investigação em Ciências Sociais. Guia prático do estudante*. (PACTOR, Ed.). Lisboa.
- Houaiss, A. (2011). *Houaiss. Dicionário do português atual* (6822, Vol.I). Círculo de Leitores.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2000-2016). Dados Estatísticos in *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. Acedido a 14 de abril de 2017 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&contexto=bd&selTab=tab2

- Kasher, A. (2003). Public Trust in a Military Force. *Journal of Military Ethics*, 2(1), 20–45.
<https://doi.org/10.1080/15027570310000054>
- Luhmann, N. (1979). *Trust and Power*. Chichester: Wiley.
- Magalhães, P. (2011). *Sondagens, Eleições e Opinião Pública*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Manigart, P. (2001). Public Opinion and European Defense. *Security*, (July), 3–4.
- Mann, P. H. (1983). *Métodos de Investigação Sociológica* (5ª Edição). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Marques, M. C. F. (2014). *Os Partidos Políticos e a Adeão de Portugal à CEE: Análise das Intervenções Parlamentares de 1976 a 1985*. ISCTE. Acedido a 20 de março de 2017 em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10122/1/2014_ESPP_DH_Dissertacao_Maria Cristina Ferrao Marques.pdf
- Marques, R. (2012). Por uma sociologia da confiança: debates preliminares. In J. M. C. Ferreira, *Sociedade de Confiança. A construção social da confiança em Portugal* (1ª Edição, pp. 13-81). Lisboa: Clássica Editora.
- Matos, L. S. de, & Bacalhau, M. (2001). *As Forças Armadas em tempo de mudança. Uma sondagem à opinião pública nas vésperas do século XXI* (1st ed.). Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Mayer, R. C., Davis, J. H., & Schoorman, D. F. (1995). An integration model of organizational trust. *The Academy of Management Review*, 20(3), 709–734.
<https://doi.org/10.2307/258792>
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2014a). *Conceito Estratégico Militar [CEM]*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2014b). *Missões das Forças Armadas*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Misztal, B. (1996). *Trust in modern societies*. Cambridge: Polity Press.
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Onora, O. (2002). *A Question of Trust: The BBC Reith Lectures*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pinto, L. V. V. (2009). As Forças Armadas. *Nunca de Antes*, 159–163.
- Presidência do Conselho de Ministros (1986). Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 102, 1041-1043.

- Putnam, R. D. (1993, March). The Prosperous Community. *The American Prospect*, 4(13).
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais*. (G. Valente, Ed.), *Trajectos* (6th ed.). Lisboa: Gradiva.
- Romão, A., & Machado, P. (2015). *Metodologia da Investigação Científica*. Lisboa. Acedido a 17 de abril de 2017 em http://intranet.academiamilitar.pt/file.php/370/H252_-_SESSOES_4_5_E_6_-_2015.pdf
- Santos, L., Monteiro, F., Lima, J., Silva, N., Silva, J., & Afonso, C. (2014). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa. Acedido a 18 de abril de 2017 http://intranet.academiamilitar.pt/file.php/370/Orientacoes_Metodologicas.pdf
- Santos, J. L. dos. (2012). *Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses* (1st ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Schneider, S., & Schmitt, C. J. (1998). O uso do método comparativo nas ciências sociais. *Cadernos de Sociologia*, 9, 49–87. Acedido a 22 de março de 2017 em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUK EwiOqcnH-fvSAhXK8RQKHbtiBa8QFgggMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uma.pt%2Ffiliana%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D426%26Itemid%3D51&usg=AFQjCNGRLR0mbJ70udIwCtQ
- Sousa, Á. (n.d.). Coeficiente de Correlação Linear de Pearson. Acedido a 10 de abril de 2017 em http://www.aurea.uac.pt/pdf_MBA/coef_correl_Pearson.pdf.
- Sousa, F., & Mendes, P. (2014). *Dicionário de Relações Internacionais* (3ª Edição). Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertação, Teses e Relatórios segundo Bolonha*. Lousã: Pactor.
- Sztompka, P. (1999). *Trust: A Sociological Theory*. Cambridge: Cambridge University Press. Acedido a 5 de março de 2017 em <https://books.google.pt/books?id=ZrwwSrK5I8AC&printsec=copyright&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>
- Vieira, G. de S. B. (2004). Relacionamento da Instituição Militar com o Poder Político e a Sociedade. *Revista Militar*, (2428), 1–10.

APÊNDICE A – CONFIANÇA DOS PORTUGUESES NAS FFAA EM 1990, 1999 E 2008

Tabela n.º 7 - Confiança dos portugueses nas FFAA em 1990, 1999 e 2008

Ano	1990	1999	2008
Confiança			
Imensa	8,3%	16,1%	17%
Muita	43,7%	56,3%	60,2%
Pouca	38,4%	23,3%	17,7%
Nenhuma	9,7%	4,4%	5,1%

Fonte: (EVS, 2015) (Elaboração própria)

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

A confiança dos portugueses nas Forças Armadas: uma perspetiva comparada no quadro da EU

Autora: Aspirante de Artilharia Rita Rodrigues Moraes

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Trabalho de Investigação Aplicada

Carta de Apresentação

Esta entrevista enquadra-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada que me encontro a desenvolver, sob a orientação da Prof.^a Doutora Ana Romão, para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Militares na Especialidade de Artilharia, cujo tema é: “*A confiança dos portugueses nas Forças Armadas: uma perspetiva comparada no quadro da União Europeia*”. Com este estudo pretende-se conhecer o lugar que as Forças Armadas portuguesas ocupam nos índices de confiança nacional e a sua posição relativamente à média europeia

Considero que a participação de Vossa Excelência neste estudo irá trazer um valor acrescentado a este Trabalho de Investigação Aplicada, fruto da sua vasta experiência e investigação nesta área.

Grata pela disponibilidade e colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

Rita Morais

Aspirante-Aluna de Artilharia

APÊNDICE C – ENTREVISTA EXPLORATÓRIA À PROF.^a DOUTORA HELENA CARREIRAS

Dados

Nome: Prof.^a Doutora Helena Carreiras

Data: 07 de março de 2017

Hora Início: 12h00

Hora de Fim: 13h10

Local: ISCTE

1 – Começava por lhe perguntar quando é que começou a estudar assuntos relacionados com as FFAA?

Comecei a estudar assuntos relacionados com as FFAA na minha Licenciatura em Sociologia nos anos 80. Eu fiz aqui no ISCTE um seminário final com a Prof.^a Maria Carrilho, foi uma das pioneiras, ela estava cá, interessava-me as questões da violência e da forma como as sociedades geriam a violência coletiva, e as FFAA são a instituição que se ocupa, e que tem o monopólio, dessa gestão e nome do estado, e como eu era pacifista e a questão do conflito sempre me interessou, pensei que era uma área muito interessante para estudar e para explorar. De tal maneira, que havendo depois a circunstância dela estar cá, foi possível fazer um Trabalho Final de curso sobre o Serviço Militar Obrigatório (SMO). Foi um inquérito feito aos jovens que estavam no SMO sobre as opiniões deles, sobre as condições de prestação do serviço militar e opiniões sobre as FFAA, já naquela altura. ... E portanto, fiz esse primeiro trabalho sempre na perspectiva da relação sociedade-FA. Também tinha feito um grande trabalho sobre a objeção de consciência, naquela altura, portanto eu entro a estudar as FFAA e temas militares pelo facto de ser pacifista e me interessar pela forma como as sociedades e os estados encontraram de gerir a violência, porque é isso, essas instituições são meios organizados de gestão da violência coletiva, definição de Max Weber.

Fui-me interessando muito pelas FFAA, depois fiz uma tese de Mestrado quando as primeiras mulheres começaram a entrar, acompanhei o processo do início e a partir dessa altura tenho sempre mantido muito este

interesse, claro que a integração de mulheres me ocupou muito mais tempo, fiz um Doutoramento comparando políticas de integração nos vários países da OTAN e portanto foi assim um tema que eu trabalhei mais central, mas sempre me interessei por todos estes aspetos da relação da sociedade com as FFAA, a opinião pública face às questões de defesa e por isso em 2007 iniciei um projeto de investigação grande sobre as transformações das FFAA depois da Guerra Fria, ver um bocadinho na dimensão interna da organização o que é que mudou, ver também, na perspetiva da relação sociedade-FFAA, qual era a situação, e acompanhar de perto as novas missões das FFAA. Fiz até um trabalho quase etnográfico com um contingente que foi para o Kosovo, acompanhamos antes, durante e depois, foi um trabalho também interessantíssimo. Portanto, era um projeto muito amplo e uma das componentes era esta da opinião pública no âmbito do qual se fez um inquérito à população portuguesa sobre a sua opinião sobre questões de Defesa, avaliação das FFAA. Portanto, são uma diversidade de temas que me continuam a interessar muito bem como aqueles que têm a ver com a própria organização interna, o serviço militar, estou agora a acompanhar o Ministério da Defesa em alguns projetos que têm a ver exatamente com conhecer a opinião dos contratados das FFAA sobre os vários momentos do seu percurso, portanto, continua a ser o grande tema de interesse.

2 – Quando começou a estudar as FFAA, no meio académico sentiu que havia curiosidade sobre o assunto, foi encorajada a prosseguir essa via, ou sentiu que o tema era visto com alguma estranheza? E fora do meio académico, como foi a reação?

É uma boa questão, uma questão interessante, porque no início quando começo, devido talvez ao enquadramento da Maria Carrilho, que era uma pessoa na altura com prestígio académico, foi umas das primeiras Doutoradas em Portugal em Sociologia e tinha estudado as FFAA num trabalho que foi muito pioneiro. Ela tinha investigado o papel dos militares em todas as transições do regime durante o Séc. XX em Portugal fez uma tese de Doutoramento que é um dos primeiros trabalhos sobre esse tema em Portugal e, portanto, eu estava bem enquadrada e também estávamos ainda num momento em que, enfim, há muito pouco tempo as FFAA tinham deixado de ter um papel ativo, só em 1982 é que terminou o Conselho da Revolução, que era um órgão militar, em que, no fundo, os militares tinham um papel importante na gestão política do coletivo que eramos, e só a partir desse momento é que se considera que a democracia entra na sua fase da consolidação, até aí estivemos numa fase de transição, porque o que caracteriza as democracias consolidadas é, de facto, um dos aspetos, é o controlo civil democrático sobre os militares, sobre aqueles que têm as armas, que não devem, em princípio, dirigir os desígnios do país, é o Povo que escolhe os seus representantes e, portanto, há essa transição. E naquela altura nos anos 80 os militares tinham tido, apesar de tudo, um papel muito importante no país, na mudança de regime no sentido democrático ao contrário do que aconteceu noutros países da América Latina em que normalmente os militares têm intervenções no sentido autoritário, aqui não, e, portanto, havia, apesar de tudo, um interesse pelo tema militar muito forte que se veio a diluir, claramente, ao longo do tempo. Eu acabei por ser uma das poucas, únicas sociólogas a interessar-se pelos temas militares, colegas agora do lado das Relações Internacionais, das questões de Segurança, reapropriaram-se do tema, mas não tanto da perspetiva de olhar para as FFAA como organização e na sua relação com a sociedade, esse interesse diluiu-se muitíssimo.

Os meus colegas na Academia sempre me acharam um bocadinho exótica, nunca tive, digamos, reações estranhas, mas sempre havia alguém que achava que isto tinha menos nobreza, era assim um tema que era menos bem visto, sim, nalgumas “franjas”, mas no geral, não, achavam, sobretudo, interessante que as mulheres se interessassem por estes temas, que era uma coisa estranha. . . “Porque é que são as mulheres?” Há várias mulheres pelo menos, entre muitos homens que também havia interessados no tema, “Porque é que as mulheres também se interessam?” Bom, porque é que não haveriam de se interessar, quer dizer, a questão podia ser mais ao contrário.

Fora do meio académico, no meio militar sempre tive bastante boa receptividade, acho que procurei também respeitar sempre bastante a instituição e os seus vários dirigentes, e isso é muito importante, porque há pessoas que na academia, vão e vão buscar a informação e depois acabam por não ter o cuidado na relação, na confidencialidade, quando ela é exigida, em ser rigoroso nas suas análises, e portanto, às vezes há alguns problemas, mas eu acho sempre procurei ter, e sempre fui muito bem recebida dentro das FFAA, como o meu tema também não era um tema muito particularmente complicado, o tema das mulheres, eu estava a estudar um processo social novo e transformador para a instituição, portanto, também por isso, acho que a aceitação foi maior. Durante muito tempo ainda agora, sinto-me muito bem-recebida e acarinhada, e tenho um genuíno interesse na instituição e agora mais importante ainda no contributo para políticas públicas que possam, no fundo, valorizar a Defesa e as pessoas que fazem parte desta instituição, tenho mesmo interesse nisso, e, portanto, espero poder continuar a dar o meu contributo.

Agora, também tenho que dizer que estudar o tema das questões de género e das mulheres, que é um tema considerado um bocadinho secundário, também fez com que muitas vezes eu fosse um bocadinho vista como uma feminista de serviço, mas de um lado e doutro, sabe, em relação ao estudo desse tema centralmente, o que é que eu senti? É que, me deixava numa posição muito confortável, por um lado entre a academia, e sobretudo, as franjas mais feministas, olhavam assim um pouco suspeitas: “Mas esta a estudar militares? Ela deve ser militarista. . .”, e do outro lado os militares: “Não, é uma feminista”. Deixou-me sempre numa posição mais neutra, mais independente, eu não tive que ter cumplicidades com valores e normas destes diferentes objetos do meu estudo, e, portanto, acho que sempre consegui manter-me, e tentei sempre fazê-lo numa perspetiva como analista e não numa perspetiva de valores ou como militante de alguma coisa. Portanto, acho que foi um percurso interessante que me ensinou muita coisa, mas que teve essas várias componentes, da aceitação, mas também de alguma desconfiança.

O que me ajudou muito Rita, sabe o que foi? Já que não há muita gente em Portugal interessada nesta área, ainda tentámos no âmbito deste grande projeto que eu estava a falar, fazer uma coisa chamada “Fórum Forças Armadas e Sociedade” em que fomos buscar todos os sociólogos que trabalhavam sobre estes temas nas Universidades, no Ministério, nas Academias, e construímos um grupo que depois acabou por não ter continuidade porque é preciso recursos, é preciso pessoas, e depois eu saí e fui para o IDN. Só que esse foi um grupo interessante, não éramos muitos, era uma quarentena de pessoas, talvez, que estavam interessados em estudar as FFAA e a sua relação com a sociedade, ainda fizemos um encontro, foi interessante. Ainda tenho esses contactos todos, há aliás uma seção da Associação Portuguesa de Sociologia que se dedica a esta interface e que

muitas destas pessoas são membros e eu agora tenho, deram-me a tarefa de reanimar essa seção, portanto vamos ver se tenho tempo, com os meus afazeres aqui, para fazer isso, mas gostaria, sim.

Acabo por estar muito sozinha em Portugal, apesar dessas tentativas de haver pessoas, há de facto, alunos meus que ao longo do tempo foram fazendo trabalhos e estão na instituição militar, alguns já se doutoraram, trabalho com eles, mas também me apoiiei muito foi nos grupos internacionais de colegas que estudam os militares e a sociedade de outros países. E isso sim, quer dizer, é onde eu vou buscar também algum ânimo e aquela dimensão de trabalho científico que é mesmo muito importante para nós, que é algum comunitarismo em ter grupos de pesquisa. Tenho trabalhado muito com um colega brasileiro, Celso Castro, com quem temos feito alguns livros recentes sobre os métodos de investigação no estudo sobre militares e um bocadinho uma reflexão mais sobre o campo, como é que evoluiu o campo de estudos internacionalmente, é outra área de trabalho que me tem ocupado agora. Mas pronto, entre essas conexões internacionais e também o interesse aqui em Portugal das ligações que vou mantendo com a instituição militar através de alunos, das Academias, do IESM, vou fazendo colaborações na discussão de trabalhos, e prezo muito esse contacto.

3 – A Sra. Prof.^a dirigiu a equipa que em 2009 inquiriu a população portuguesa sobre Defesa e FFAA, no âmbito do projeto “As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra Fria”. Acha que os resultados obtidos e as conclusões a que chegou ainda se aplicam nos dias de hoje? Nomeadamente, os dados relativos à confiança dos portugueses nas FFAA?

Olhe, tenho ideia que sim, tenho ideia que o fundamental do que nós obtivemos naquele inquérito se manteria, em termos desses grandes padrões, que é o grande padrão de confiança nas FFAA, que aliás replicava o padrão que é europeu. Tem o Eurobarómetro de 2000? Há vários textos que dão conta, o Philippe Manigart tem escrito também sobre confiança. Portanto, em relação à confiança, em relação a apreciação positiva das FFAA e da ideia que os militares podem cumprir uma variedade de missões, o reconhecimento, sobretudo, do seu papel nas missões exteriores. Esses parâmetros, estou convencida de que são idênticos, não aconteceu nada, nenhum episódio que pudesse infletir, eventualmente, essa apreciação, essa perceção geral. Imagine que tinha havido mortes em missões, isso normalmente, pode alterar um pouco a opinião pública, nem sempre, por acaso, não acontece sempre, depende de muitas outras coisas, o grau de legitimação das próprias missões entre a população, da clareza com que foram transmitidos os objetivos, e as pessoas estão dispostas a aceitar baixas muitas vezes, mas não aconteceu nada de dramático, pelo contrário, reduziu-se algo a visibilidade das FFAA também em missões no exterior, isto porque elas foram reduzidas, também devido à crise. Eu até escrevi um texto, não sei se tem, sobre o preço a pagar pelo desinvestimento nas missões internacionais quando tínhamos passado décadas a preparar os nossos militares para essas missões. Fiz uma espécie de prospetiva a dizer, “bem, isto agora há aqui uma redução e isto pode ter um preço”, porque realmente é um esvaziamento de um tipo de missão que se tinha tomado central. É um grande esforço para preparar, apesar de tudo, os militares para estas missões, que são das missões principais que vamos desempenhando, apesar de poucas e de envolverem um grupo limitado de militares, creio que se tornaram, para a identidade e para a cultura, um pilar importante, e uma redução reduziu também essa visibilidade. Portanto, isto talvez possa ter tido impacto num outro padrão, para além deste

do reconhecimento e da apreciação geral, etc., que é algum desinteresse, algum desconhecimento, que eu também encontro por lá, isso eu acho que se pode ter aprofundado um pouco. As questões mais prementes da sobrevivência, da economia com a crise, que já se avizinhava e já as pessoas indicavam a crise económica como a maior preocupação, nesse mesmo inquérito, já estávamos em 2009/10, portanto, estávamos a viver isso mesmo. Pode ter havido ainda um maior esbatimento do interesse sobre FFAA. Por outro lado, pergunto-me, e aí não sei se a emergência desta questão das novas ameaças, do terrorismo, de uma série de episódios que aconteceram na Europa, não pode ter vindo, por outro lado, até a contrabalançar esse desinteresse ou desconhecimento com um maior sentimento da necessidade de ter forças de segurança e forças militares para nos defender dessas ameaças mais complicadas, e portanto, aí poderá haver um efeito de reforço novamente, de revalorização... mas não sei, suponho que as tendências serão essas e em termos da confiança, seguramente. Embora, evidentemente, há que dizer, já nesse inquérito de 2010, víamos que a confiança existe, se as questões são colocadas de uma forma genérica, as pessoas mostram grande adesão, mas se começamos a perguntar coisas mais específicas: “Mas você participaria na defesa do país em caso de uma ameaça?” ou “A sua filha ou o seu filho para fazer o serviço militar...”, aí há já uma retração, é aquela coisa que o Manigart e outros chamaram “Without my attitude”, uma atitude, “Muito bem, ótimo, fazem um ótimo trabalho, mas de preferência sem que eu tenha de me envolver”, é um bocadinho isso, já notávamos, não é indiferença, mas é a ideia de alguma distância. Portanto, sim, as tendências temos que avaliar novamente, já estávamos na altura de o fazer, mas suspeito que não se alteraram assim fundamentalmente, quer dizer, que se manterão aqueles padrões. Até porque temos algumas indicações que nos ajudam a confirmar isso, por exemplo entre os grupos jovens, temos fontes de informação muito fidedignas sobre a forma como eles veem as FFAA e a sua confiança na instituição, que são os inquéritos feitos no Dia da Defesa Nacional (DDN). Estes inquéritos referem-se a um universo enorme, que é um universo completo dos jovens portugueses que mostram, apesar de tudo, alguma confiança.

4 – Ainda sobre o seu estudo de 2009, tem presente quais as variáveis mais correlacionadas com a confiança dos portugueses nas FFAA? Arriscaria alguma hipótese explicativa?

Boa pergunta. Não. Nós fizemos uma análise correlacional e tenho, agora tinha que visitar o relatório final onde esses dados existem, seria a melhor maneira de lhe responder e não estar para aqui com palpites, mas tenho a certeza que havia uma relação que era interessante com a idade nalgumas variáveis, noutras nem tanto, havia também ali uma relação interessante com a zona, o Algarve tinha um padrão um pouco diferente do resto do país. É verdade que nós depois não analisamos isso assim detalhadamente. O género também tinha algumas nuances, mas dependia muito de quais eram as variáveis que estávamos a relacionar. Eu posso rapidamente procurar aqui, e se eu tiver no relatório esses cruzamentos, que até a Rita agora pode tirar, pode fazer os cruzamentos. Mas deixe-me lá ver se no relatório nós fazemos essa análise, que eu tenho um relatório com os principais cruzamentos. As habilitações literárias, claramente, as habilitações literárias, aí sim.

Provavelmente, no relatório final só pusemos os dados, não aproveitámos os cruzamentos, era o tal livro que tínhamos que ter feito depois com esse material. Não demos o seguimento que devíamos ter dado, que era a análise de tudo isto para escrever o dito livro com os resultados do inquérito, apresentámos só o relatório à FCT

e usámos o inquérito, mas noutros produtos, escrevi várias coisas e apresentações internacionais em que apresentei dados e tratei algumas componentes mais concretas da opinião pública portuguesa, mas não fizemos o texto geral.

5 – Ultimamente, muitas sondagens e muitos estudos se têm ocupado da confiança nas instituições. Em seu entender, justifica-se esse interesse? Que importância tem afinal medir a confiança nas instituições?

Tem muitíssima importância, porque a confiança nas instituições é também a medida da qualidade da democracia e do próprio sistema político em que vivemos, digamos assim. Porque se as pessoas não confiam as instituições numa sociedade democrática, podemos considerar que há um défice de democracia, porque nenhuma democracia que existe porque se deu ao Povo capacidade para escolher e tomar decisões mesmo que através de representantes, naturalmente, pode sobreviver à ausência de legitimação, de reconhecimento, de aceitação. E uma quebra na confiança é uma quebra na legitimação das instituições. Portanto, o regime democrático assenta nesta ideia de que as instituições são legitimadas porque apoiadas pelo Povo, pela população, porque há um reconhecimento do seu papel. Se a confiança desce a pontos tais que podemos considerar que as instituições deixam de ter esse capital de reconhecimento, é a própria democracia que está em perigo, porque essa é a base da democracia, e é por isso que a confiança é mesmo muito importante, é um dos grandes indicadores. Claro, não é a única coisa que conta para a avaliar, sobretudo, por exemplo, não é a única coisa que conta para avaliar a *performance* da democracia, se de facto está a providenciar aos cidadãos os seus direitos, o seu bem-estar, económico e material, etc. Mas, de qualquer maneira, a confiança é um indicador que também pode ir dando conta da forma como as pessoas avaliam a *performance* das instituições e à medida que sentem que elas não providenciam aquilo para que são feitas, as escolas têm que dar educação, os tribunais justiça, portanto, se as pessoas sentem que esse produto não é de qualidade, não é bom, que não estão a receber justiça, que não estão a receber educação adequada, que não estão a receber segurança, a sua confiança decresce, e isso é uma quebra dessa ligação fundamental entre a população e as instituições democráticas, e, no limite, pode levar a uma diluição e a uma perda de qualidade da democracia de tal maneira que isso facilite depois outro tipo de regimes menos desejáveis, do ponto de vista dos nossos valores coletivos. Portanto, a confiança é importante para a vida das pessoas e é importante para o regime político, para a democracia ela própria, porque é um dos indicadores mais sensíveis da qualidade da democracia.

6 – Na sua opinião, que poderiam as FFAA fazer para aumentar a confiança que os cidadãos e cidadãs nelas depositam?

Há muitas coisas a fazer para melhorar, sobretudo, nem é tanto a confiança, porque essa já lá está, mas sobretudo, a proximidade, o conhecimento e também fazer as pessoas sentir que têm algo a dizer como cidadãos deste país, relativamente à forma como as instituições funcionam, às suas políticas e às suas opções. Isso parte de um maior conhecimento, uma maior proximidade, eu penso que, por exemplo, o Exército é um ramo que tem mais proximidade, mas também uma imagem mais negativa, aí vê-se claramente que a Força Aérea é um ramo

mais tecnológico, e tem sempre melhores avaliações e a Marinha também. Enfim, há imagens que são díspares. Há ramos e não há FFAA, cada um transmite a sua imagem, eu acho que ganhávamos em ter uma capacidade de transmitir uma imagem das FFAA mais coesa e mais integrada, isso é um trabalho que envolve os militares, os ramos e envolve, sobretudo, os Ministérios, os agentes civis, que é sobretudo a estrutura que poderia estar por cima da tendência corporativa dos ramos, que têm, naturalmente, isto é muito claro. Portanto, acho que era vantajoso haver uma estratégia comum para divulgação daquilo que se faz bem e das missões das FFAA, há muito para fazer nesse campo. Às vezes pensamos que se fazem coisas que estão bem, e é essa a nossa missão, e não temos que estar a divulgar. Temos. Temos porque é também uma prestação de contas, quer dizer as instituições políticas, desde logo, mas todas as outras, que vivem, no fundo, do apoio da legitimação social, mas também dos contribuintes, que somos todos nós, têm que dar conta da sua atividade. Não é vangloriar-se, mas há muita coisa que corre bem, e ainda bem. E, portanto, deviam dar conta, prestar contas, ser transparentes naquilo que fazem. Acho que era um elemento para a qualidade da democracia, integrar esta ideia que dentro das várias missões e atividades que as FFAA e os ramos têm que desempenhar, uma delas importante, não é só lateral, não é marginal, é mesmo fundamental para estes objetivos da qualidade da democracia, mas também da eficácia organizacional, porque uma instituição que é legitimada socialmente também tem melhores condições para ser eficaz na sua missão do que uma que não é. Acho que há aqui um duplo objetivo em incluir como objetivo do ramo, eu diria até das FFAA em geral, a divulgação mais sistemática, mais clara, menos dispersa, menos pontual das atividades das próprias FFAA e das suas missões. Essa seria a minha aposta.

APÊNDICE D – ENTREVISTA EXPLORATÓRIA AO DOUTOR PAULO FINURAS

Dados

Nome: Paulo Finuras

Data: 21 de março de 2017

Hora Início: 10h00

Hora de Fim: 19h10

Local: Via LinkedIn

1 - Começava por lhe perguntar quando é que começou a estudar assuntos relacionados com a Confiança?

Em 2007/2008 porque trabalhava para uma empresa americana de formação na área do desenvolvimento pessoal e tinha um produto chamado a velocidade da confiança.

2 – Ultimamente, muitas sondagens e muitos estudos se têm ocupado da confiança nas instituições. Em seu entender, justifica-se esse interesse? Que importância tem afinal medir a confiança nas instituições?

O interesse na confiança nas instituições deriva das vantagens económicas, por um lado, e das vantagens de estabilizadores sociais, por outro. Económicas porque a confiança permite baixar custos de transação uma vez que reduz os custos de controlo. Estabilizadores sociais porque a confiança uma vez instalada aumenta a previsibilidade e a segurança de funcionamento dos sistemas para além das relações pessoais.

3 - No seu livro “Em quem confiamos? Valores culturais e (des)confiança nas instituições” afirma que a sobrevivência, o progresso e o desenvolvimento das sociedades dependem da confiança nas instituições. Assim sendo, qual seria, a seu ver, o resultado de um aumento da desconfiança nas instituições? Nomeadamente, nas FFAA?

Sempre que as instituições falham na resposta aos cidadãos ou aos consumidores emerge o sentido coletivista e tribal e a rede de relações pessoais tende a sobrepor-se e a preencher o fosso que resulta desse falhanço entre as expectativas e o resultado. Ao nível das FFAA se isso acontecer gera um desprestígio da instituição essencialmente e uma imagem negativa. Repito, se isso acontecesse.

4 - Sabemos, como refere no seu livro, haver um declínio da confiança de forma generalizada, no entanto os países escandinavos têm conseguido manter níveis elevados de confiança. Qual é o principal motivo para estes resultados?

Na minha opinião, por dois motivos, essenciais (não significando que não haja mais, naturalmente). Primeiro, porque a origem da confiança tem raízes evolutivas e assenta na semelhança. Quanto mais semelhança entre as pessoas, a qualquer nível mais tende a desenvolver-se a confiança porque a semelhança gera atração e a atração gera conforto emocional. Os povos escandinavos, nesse aspeto, são bastante mais semelhantes entre si do que nos outros países (maior homogeneidade étnica). Em segundo lugar porque quanto mais iguais forem as sociedades e termos de comparação económica e de rendimentos, mais a confiança tende a reforçar-se. A desigualdade, todos os estudos o indicam, é o maior preditor da erosão da confiança. Como já o disse e escrevi, se queremos sociedades mais confiantes temos de ter sociedades mais iguais.

5 - Qual a influência que a informação, ou falta dela, tem nos níveis de confiança?

Muita. A maioria dos debates sobre o tema estão enviesados por notícias de curto-prazo ou pelo efeito da «ilusão do foco», isto é, pelo facto de se estar a dar atenção a um problema faz com que ele tenha mais importância do que realmente se calhar tem, ou, ainda por falta de informação concreta. Muitos dos debates baseiam-se em «métricas qualitativas» do tipo «pouca confiança», «muita» etc. ou apenas nas «opiniões». Quando confrontamos isso com os factos se calhar muitas das «opiniões» chumbam nesse crivo.

Penso que era necessário criar-se um Observatório da Confiança nas instituições para ao longo do tempo podermos monitorar a mesma e esclarecer os cidadãos do «quanto» efetivamente é que se confia ou não confia, porquê e para quê. Esse era o desenvolvimento que eu pretendia para o meu trabalho, mas não encontrei qualquer apoio nem interesse.

6 - Acha que os resultados obtidos e as conclusões a que chegou neste estudo ainda se aplicam nos dias de hoje? Nomeadamente, os dados relativos à confiança dos portugueses nas FFAA?

Não sei. Acredito que sim porque a confiança numa instituição como as FFAA parece-me bastante sólida, pelo menos a partir dos resultados que obtive. No modelo que desenvolvi para compreender o fenómeno da confiança nas instituições, assente em 3 dimensões (confiança nas intenções, nas capacidades e na reputação) parece-me que, de longe, é a instituição mais bem posicionada aos olhos dos cidadãos, até pela descrição da sua atuação.

Não devemos confundir notícias de curto prazo com a reputação histórica. Mas, mais uma vez, se tivéssemos um Observatório da Confiança nas Instituições, poderíamos ter visto qual o impacto que recentes

incidentes tiveram na confiança dos cidadãos na mesma (refiro-me ao «caso do curso dos Comandos» e ao caso, ainda em curso da alegada corrupção na aquisição de serviços de alimentação»). Como não temos esse instrumento temos de evitar cair no julgamento imediato, fácil e de senso comum, com base nas notícias dos meios de comunicação social, porque esta amplifica o efeito da «ilusão do foco, que atrás referi».

7 - Ainda sobre o seu estudo, tem presente quais as variáveis mais correlacionadas com a confiança dos portugueses nas FFAA? Arriscaria alguma hipótese explicativa?

Penso que é a única instituição (a par dos Bombeiros) que tem resultados muito altos na avaliação dos cidadãos das intenções dos seus membros, nas capacidades da instituição e na sua longa reputação. Talvez o facto de Portugal apresentar resultados muito altos na «necessidade emocional de controlo da incerteza» o ajude porque os indivíduos numa cultura com um software mental assim procuram constantemente algo ou alguém que lhe dê uma sensação de controlo das coisas e reduza o desconforto da incerteza. Mas não tenho dados científicos concreto de suporte desta minha hipótese.

8 - Na sua opinião, que poderiam as FFAA fazer para manter ou aumentar a confiança que os cidadãos e cidadãs nelas depositam?

Acho que deviam, por exemplo, intervir mais em certas alturas do ano em defesa do património nacional, como é o caso das florestas e não apenas em situações absolutamente críticas e de desespero. Nunca percebi porque é que as FFAA não complementam trabalhos de prevenção e vigilância de fogos, por exemplo, considerando os prejuízos elevadíssimos que ano após ano se verificam sistematicamente no nosso país. Penso que devia fazer parte do conceito estratégico de «defesa nacional»

APÊNDICE E – CONFIANÇA DOS PORTUGUESES NAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS (2000-2016)

Tabela n.º 8 - Confiança dos portugueses nas instituições nacionais (2000-2016)

	FFAA	Justiça	Polícia	Partidos Políticos	Governo	AR	Instituições religiosas	Sindicatos	Grandes empresas	Solidariedade	Imprensa escrita	TV	Rádio	Educação	ONGs	Internet	Redes Sociais
novembro 2000	78,0%	31,6%	61,3%	18,1%	---	46,4%	75,1%	42,6%	39,8%	67,3%	54,8%	72,0%	67,3%	61,6%	34,1%	---	---
abril 2001	73,0%	31,3%	54,6%	18,7%	44,1%	50,4%	73,0%	43,1%	44,4%	62,2%	58,6%	82,1%	72,1%	---	48,2%	---	---
outubro 2001	77,3%	34,6%	55,3%	22,0%	51,5%	55,4%	66,6%	46,8%	47,2%	61,9%	55,0%	78,2%	64,9%	---	57,1%	---	---
março 2002	71,1%	34,9%	56,8%	20,8%	44,4%	49,5%	63,4%	42,7%	41,5%	64,1%	52,7%	72,0%	66,9%	---	49,7%	---	---
março 2003	75,8%	45,7%	66,3%	20,9%	44,4%	54,1%	66,7%	42,4%	43,4%	64,4%	58,0%	71,6%	69,7%	---	---	---	---
outubro 2003	67,1%	46,6%	60,5%	17,3%	39,3%	45,7%	63,8%	41,2%	37,2%	61,1%	51,0%	64,9%	64,9%	---	---	---	---
fevereiro 2004	70,2%	35,7%	58,7%	16,3%	34,0%	37,0%	62,6%	40,3%	38,8%	67,9%	53,0%	65,6%	63,5%	---	---	---	---
outubro 2004	66,7%	36,4%	62,1%	17,2%	27,2%	42,7%	60,4%	42,5%	38,0%	54,9%	55,1%	63,6%	66,2%	---	---	---	---
outubro 2005	66,4%	37,4%	61,0%	16,0%	30,4%	41,7%	55,8%	38,5%	37,4%	60,0%	58,5%	66,3%	68,1%	---	---	---	---
setembro 2006	70,5%	42,4%	57,7%	17,9%	36,0%	42,5%	58,2%	44,8%	---	---	57,6%	67,2%	67,1%	---	---	41,0%	---
setembro 2007	66,0%	36,8%	62,6%	15,2%	29,6%	34,4%	53,0%	39,3%	---	---	49,4%	59,7%	57,0%	---	---	31,4%	---
março 2008	71,8%	37,1%	65,7%	19,0%	32,1%	38,7%	---	---	---	---	57,6%	70,6%	68,8%	---	---	42,6%	---
outubro 2009	69,3%	31,0%	---	21,0%	31,8%	41,1%	---	---	---	---	58,7%	68,8%	69,4%	---	---	45,8%	69,3%
novembro 2010	60,8%	28,1%	57,9%	14,3%	18,5%	27,4%	55,8%	33,3%	34,0%	---	54,1%	64,6%	60,2%	---	---	34,1%	---
novembro 2014	67,1%	35,3%	69,7%	10,4%	16,7%	20,4%	---	---	---	---	59,9%	63,3%	62,9%	---	---	39,2%	27,5%
maio 2015	65,7%	45,6%	62,3%	11,6%	20,7%	25,2%	---	---	---	---	---	67,5%	66,3%	---	---	39,1%	---
maio 2016	66,9%	43,3%	67,0%	12,5%	33,2%	32,4%	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
novembro 2016	67,2%	43,6%	72,4%	15,6%	39,0%	35,6%	---	---	---	---	66,6%	71,8%	70,3%	---	---	46,4%	36,4%

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

APÊNDICE F – CORRELAÇÃO ENTRE A CONFIANÇA NAS FFAA E A SATISFAÇÃO COM A VIDA

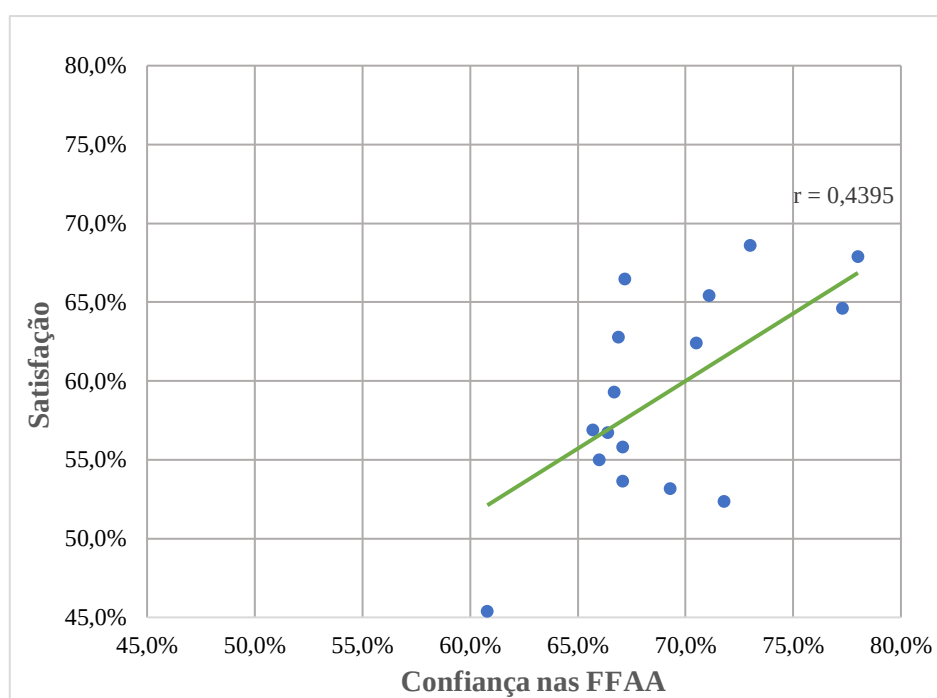


Figura n.º 15 - Correlação entre a confiança nas FFAA e a satisfação com a vida

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

APÊNDICE G – CORRELAÇÃO ENTRE A CONFIANÇA NAS FFAA E A EXPECTATIVA DE QUE A VIDA MELHORE NO PRÓXIMO ANO

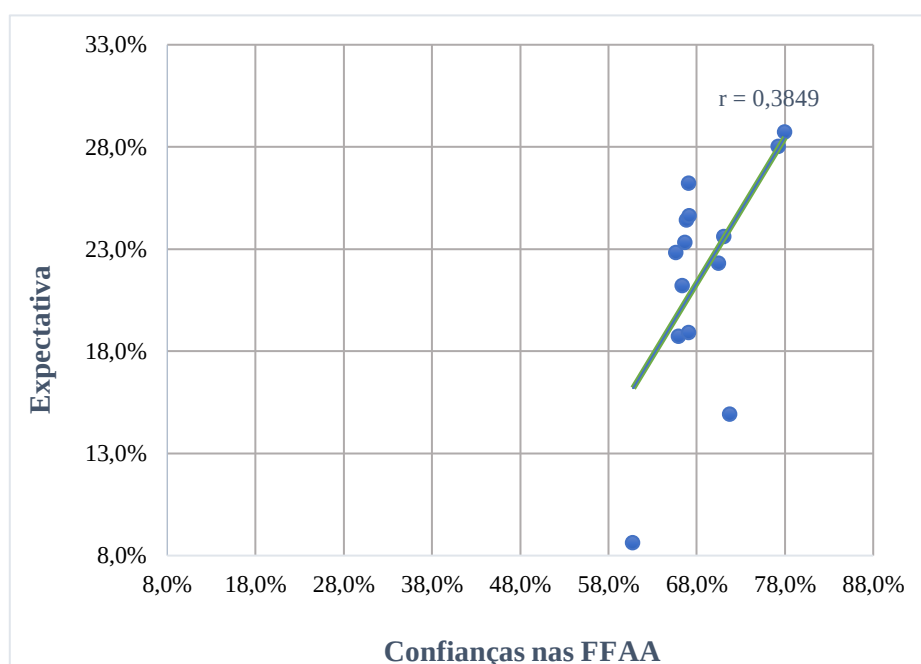


Figura n.º 16 – Correlação entre a confiança das FFAA e a expectativa de que a vida melhore no próximo ano

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

APÊNDICE H – CORRELAÇÃO ENTRE A CONFIANÇA NAS FFAA E O GÊNERO

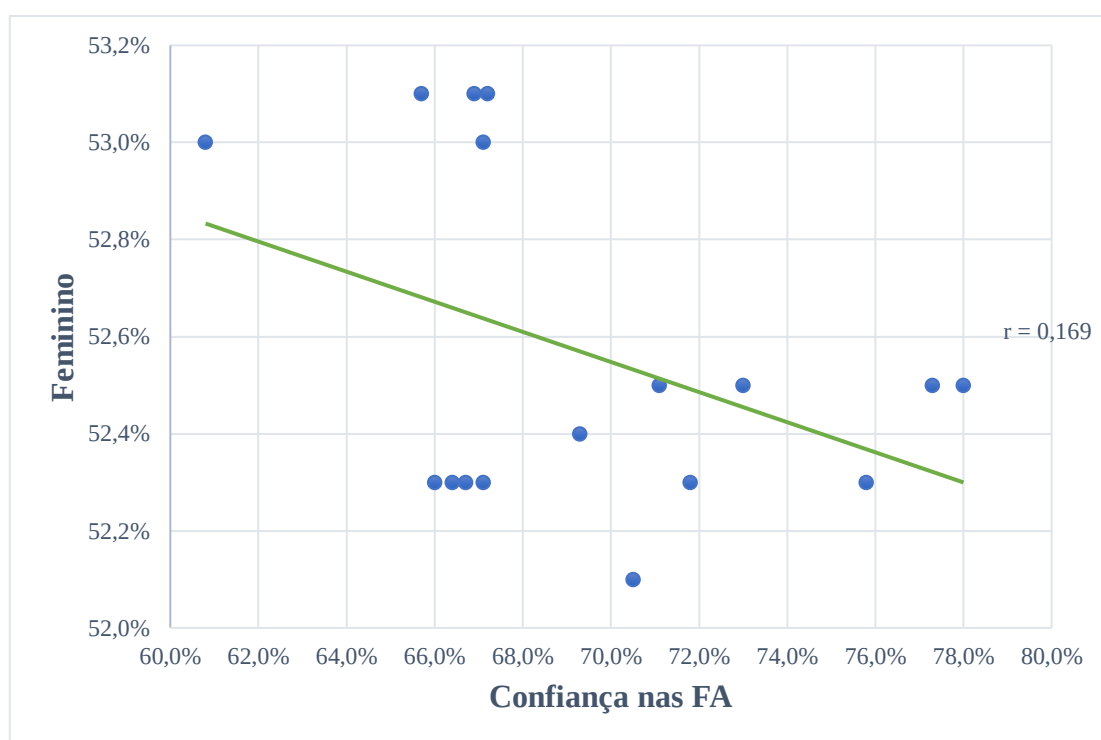


Figura n.º 17 - Correlação entre a confiança nas FFAA e o sexo feminino

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

APÊNDICE I – CORRELAÇÃO ENTRE A CONFIANÇA NAS FFAA E A IDADE

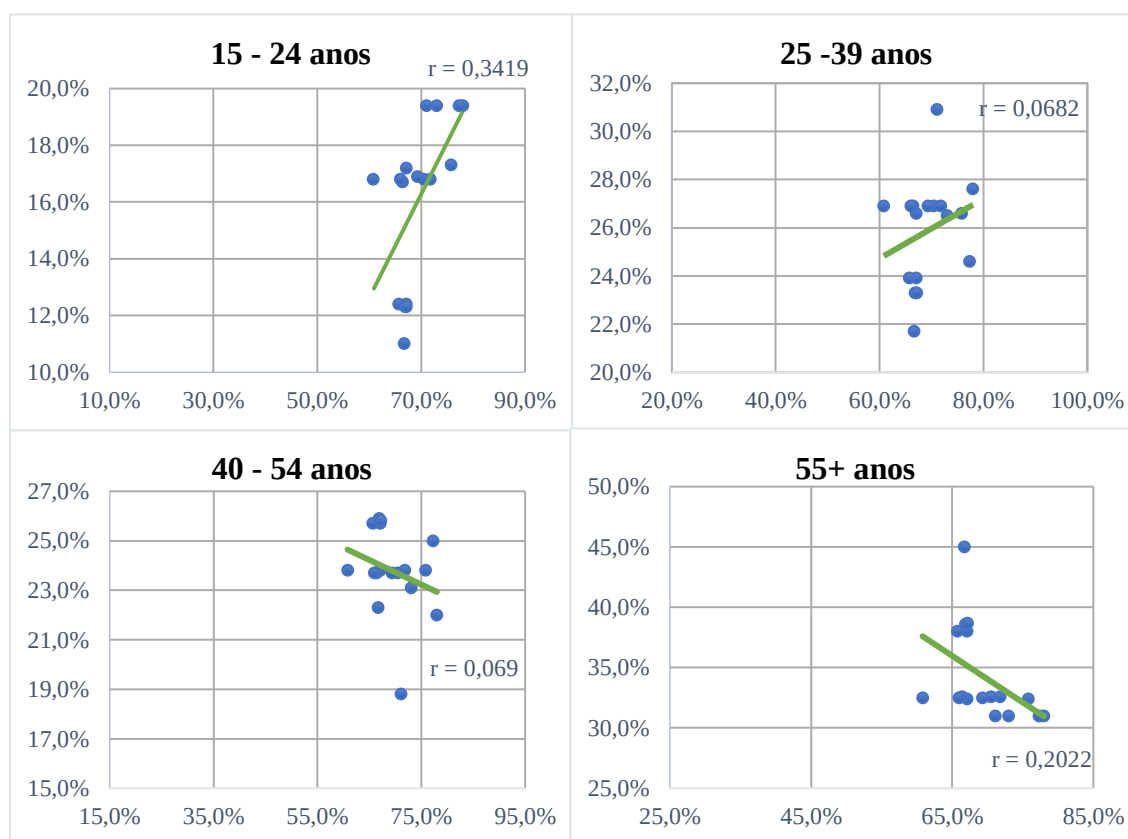


Figura n.º 18 - Correlação entre a confiança nas FFAA e as faixas etárias

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

APÊNDICE J – CORRELAÇÃO ENTRE A CONFIANÇA NAS FFAA E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

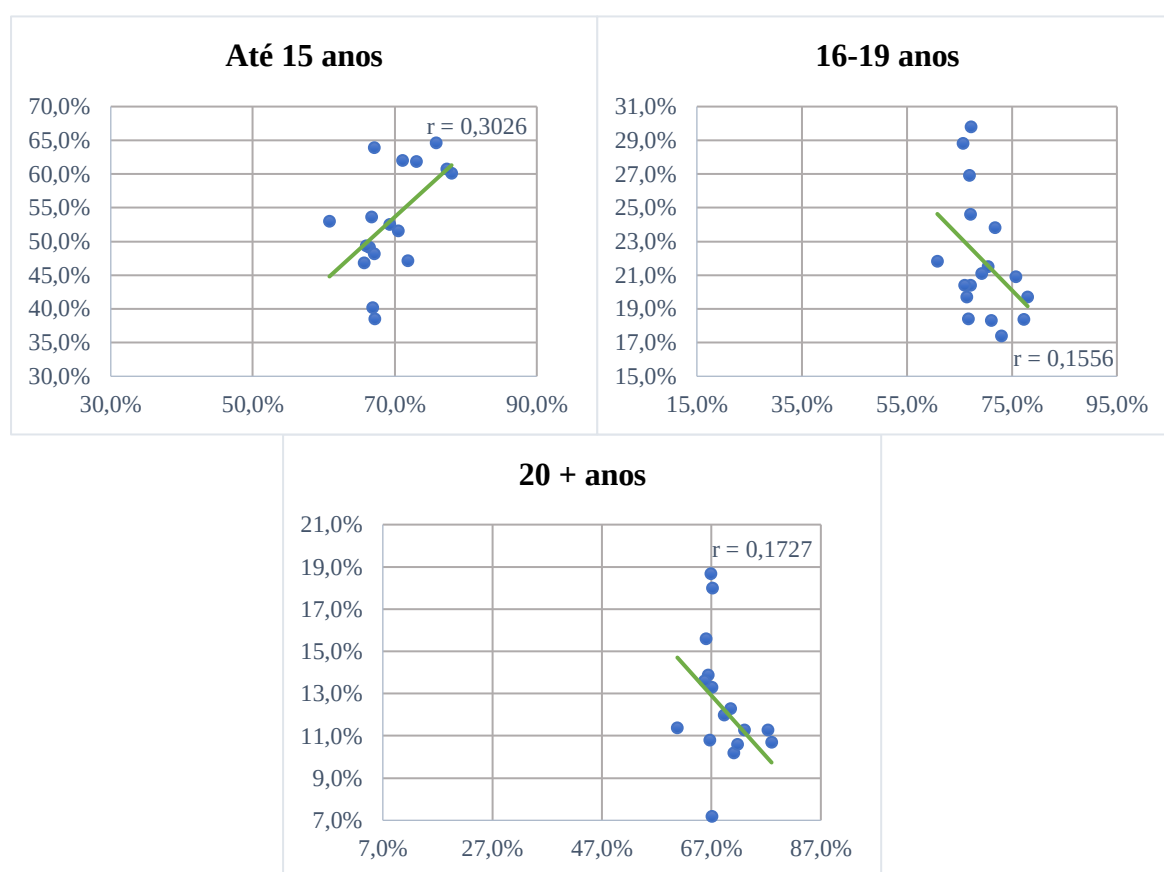


Figura n.º 19 – Correlação entre a confiança nas FFAA e nível de escolaridade

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

APÊNDICE K – CONFIANÇA DOS PORTUGUESES NAS FFAA POR REGIÕES (2001-2016)

Tabela n.º 9 - Tendência dos portugueses a confiarem nas FFAA por região (2001-2016)

Região	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
novembro 2000	69,0%	75,1%	75,1%	87,7%	78,0%	64,5%	55,7%
abril 2001	79,3%	79,2%	73,2%	84,9%	79,3%	72,6%	75,0%
outubro 2001	70,7%	79,0%	65,8%	84,5%	73,4%	57,3%	73,0%
março 2002	67,0%	82,4%	83,6%	78,2%	46,1%	87,9%	73,7%
março 2003	65,4%	73,6%	69,5%	53,6%	46,3%	72,9%	67,2%
outubro 2003	68,2%	65,3%	65,5%	61,8%	82,1%		
outubro 2004	68,0%	61,3%	75,6%	67,1%	15,4%		
outubro 2005	70,8%	78,5%	65,7%	65,8%	61,5%		
setembro 2006	66,6%	56,9%	69,8%	76,3%	69,2%		
setembro 2007	64,5%	58,6%	82,7%	78,9%	100,0%		
março 2008	65,0%	60,4%	73,3%	92,3%	90,0%		
outubro 2009	61,9%	54,3%	67,8%	45,5%	70,0%		
novembro 2010	65,7%	74,5%	64,3%	64,5%	61,4%		
novembro 2014	62,5%	65,0%	71,6%	65,8%	56,8%		
maio 2015	66,0%	57,6%	73,0%	84,4%	57,8%		
maio 2016	59,2%	66,7%	78,4%	76,6%	46,7%		

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

APÊNDICE L – CORRELAÇÃO ENTRE A CONFIANÇA NAS FFAA E AS REGIÕES

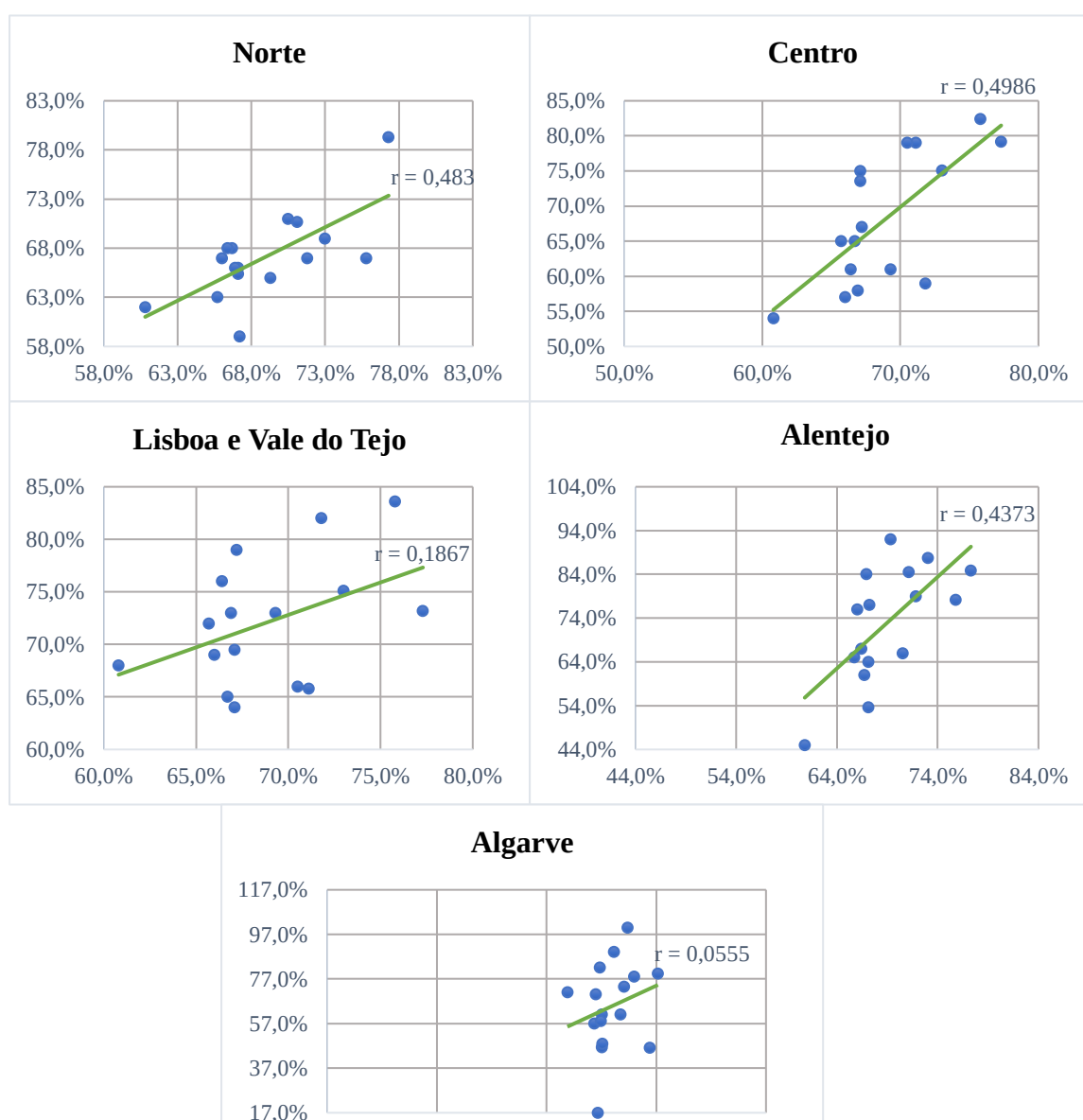


Figura n.º 20 – Correlação entre a confiança nas FFAA e as regiões

Fonte: (European Commission, 2000-2016) (Elaboração própria)

ANEXO A – PERGUNTA SOBRE A CONFIANÇA NO EVS

CARD 63
The church
The armed forces
The education system
The press
Trade unions
The police
Parliament
Civil service
The social security system
The European Union
NATO
United Nations Organization
Health care system
The justice system
Major companies
Environmental organizations
Political parties
Government
Answer categories
a great deal
quite a lot
not very much
none at all

Figura n.º 21 - Pergunta sobre a confiança do EVS

Fonte: <https://dbk.gesis.org/EVS/Variables/compview.asp?db=QEVs2008&id=ZA4800&var=v206&lang=en>

ANEXO B – PERGUNTA SOBRE A CONFIANÇA NO SEGUNDO INQUÉRITO À OPINIÃO PÚBLICA

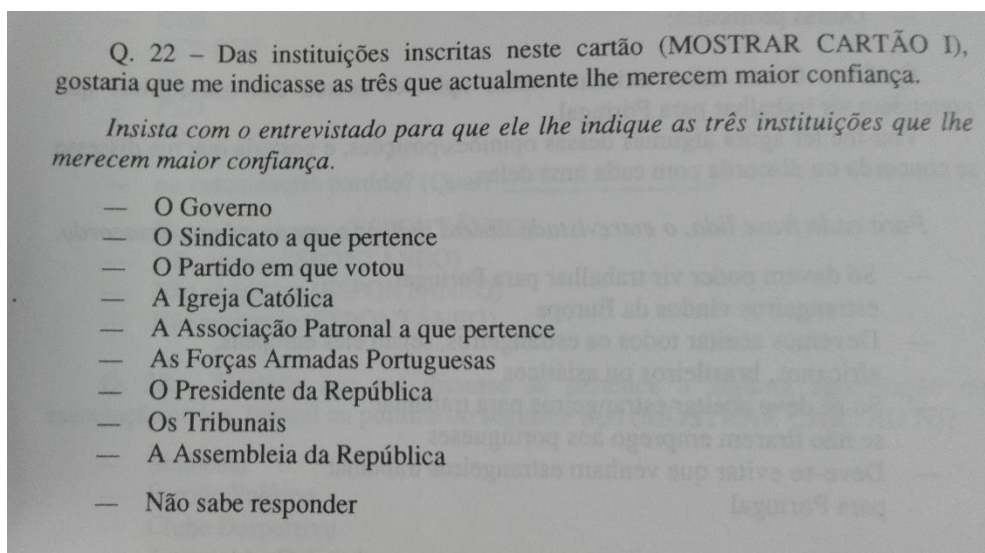


Figura n.º 22- Pergunta sobre a confiança do segundo inquérito à opinião pública

Fonte: (Carrilho, 1993, p. 45)

ANEXO C – PERGUNTA SOBRE A CONFIANÇA NO INQUÉRITO DEFESA E FFAA

P.46 Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem em cada uma das instituições que lhe vou ler. Situe a sua posição nesta escala de 0 a 10 em que 0 significa que “não tem nenhuma confiança na instituição” e 10 significa que “tem toda a confiança nessa instituição”. **LER AS INSTITUIÇÕES E REGISTAR UMA RESPOSTA POR LINHA**

UTILIZAR A LISTA A

SE RECUSA REGISTRAR “97”

SE NÃO SABE REGISTRAR “99”

A. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	‘	‘	‘
B. TRIBUNAIS	‘	‘	‘
C. POLÍCIA	‘	‘	‘
D. POLÍTICOS	‘	‘	‘
E. PARTIDOS POLÍTICOS.....	‘	‘	‘
F. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	‘	‘	‘
G. GOVERNO	‘	‘	‘
H. FORÇAS ARMADAS.....	‘	‘	‘
I. IGREJA	‘	‘	‘
J. COMUNICAÇÃO SOCIAL	‘	‘	‘
K. SINDICATOS	‘	‘	‘
L. UNIÃO EUROPEIA	‘	‘	‘
M. NAÇÕES UNIDAS	‘	‘	‘

Figura n.º 23 – Pergunta sobre a confiança nas instituições

Fonte:(Carreiras, 2009)

ANEXO D – LIMITES DE CONFIANÇA DO EUROBARÓMETRO

Tabela n.º 10 - Limites de confiança consoante a percentagem observada

Observed percentages	10% or 90%	20% or 80%	30% or 70%	40% or 60%	50%
Confidence limits	± 1.9 points	± 2.5 points	± 2.7 points	± 3.0 points	± 3.1 points

Fonte:(Comissão Europeia, 2016)